

Excelência na execução de negócios integrados de energia. Esse é o nosso compromisso.



Termelétrica em Itaipu



Mineração de carvão na Colômbia



Investimento em exploração e produção de gás natural



Uma empresa do Grupo EBX

Empresa do Grupo EBX, a MPX investe em mineração de carvão e exploração e produção de gás natural para geração elétrica, sendo a única do setor privado brasileiro com uma estratégia plena de integração da cadeia energética, com as seguintes vantagens competitivas:

- Mineração de classe mundial com carvão de baixa emissão e recursos potenciais superiores a 4 bilhões de toneladas - a "Carajás" do carvão. Logística com pré-viabilidade ambiental atestada e custos extremamente competitivos (ferrovia de 150km até porto dedicado de águas profundas).
- Sistema de mineração de baixo custo e larga escala, com produção de 35 milhões de toneladas de carvão por ano, suprido a América do Sul, Estados Unidos, Europa e Extremo Oriente.
- Blocos de gás natural *onshore* com recursos de 15 trilhões de pés cúbicos integrados a um complexo de geração de energia de 4.000MW.

- Maior empreendimento de geração licenciado no Chile (2.100MW), integrado a porto dedicado de águas profundas.
- Maior portfólio de geração de energia licenciado na América do Sul: 11GW entre plantas a gás e carvão.
- 1.440MW iniciando operação em 2011, com 100% da energia vendida em contratos de longo prazo.
- Primeira usina comercial de geração solar na América Latina.

A MPX vê 2011 como um ano importante para a concretização de sua estratégia de integração na cadeia de energia, colocando-se entre as maiores empresas de energia da América Latina.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2010

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A Administração da MPX Energia S.A. ("MPX"), em atendimento às disposições legais e estatutárias submeteu à apreciação dos Senhores o relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhados do parecer dos Auditores Independentes, todos referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

1. Mensagem da Administração

Nos três anos desde nossa abertura de capital na BMF&F Bovespa, o comprometimento e a dedicação de nossa equipe resultaram na materialização de empreendimentos grandiosos e estruturantes. Com um modelo de negócios diversificado e único, que nos propicia oportunidades de crescimento diferenciadas e rentáveis, consolidamos nossa presença como um dos agentes melhor posicionados para contribuir para o desenvolvimento do setor de energia na América do Sul.

Os resultados excepcionais da primeira etapa de nossa campanha de exploração na Colômbia foram base de decisão para o desenvolvimento de um sistema integrado de mineração de carvão no país. Os recursos potenciais identificados até o momento superam 4,0 bilhões de toneladas e suportam uma produção anual de 35 milhões de toneladas. As minas estão localizadas a apenas 150 km da costa, o que resulta em transporte ferroviário extremamente eficiente, que, por sua vez, estará ligado a um porto dedicado de águas profundas. Temos um ativo de classe mundial com produção em larga escala e logística diferenciada e pré-viabilidade ambiental atestada, carvão de alta qualidade e baixo nível de emissões e uma equipe dedicada com mais de 30 anos de experiência internacional na indústria de mineração. Esses fatores, somados ao expressivo crescimento projetado na demanda mundial de carvão para a geração elétrica e os gargalos existentes para a expansão da oferta, apontam para uma oportunidade única de criação de valor para a Companhia e seus acionistas.

No gás natural, obtivemos extraordinário sucesso exploratório também nos blocos terrestres na Bacia do Parnaíba, cujo potencial de produção chegou a 15 milhões de m³/dia. Iniciamos a perfuração em julho e subsequentes testes realizados nos dois poços perfurados até o final do ano mostraram vazão expressiva de gás. Estas descobertas marcaram o início da materialização de um importante complexo de geração térmica a gás natural, que em muito contribuirá para a futura expansão deste segmento no Brasil. A MPX já iniciou a implantação desse complexo de geração, que utilizará a tecnologia mais moderna e eficiente disponível no mercado e que, com tempo de implantação inferior a 2 anos, garantirá geração de caixa para a Companhia no curto prazo. A integração entre a geração de energia e o suprimento de gás natural na Bacia do Parnaíba será um diferencial competitivo importante para a Companhia, que já tem 1.863 MW licenciados na região.

Com a aprovação das licenças ambientais para a MPX Castilla no Chile e a MPX Açú no Brasil no início de 2011, consolidamos nossa presença na América do Sul, com 11. GW em capacidade de geração licenciada. Temos hoje o maior empreendimento de geração licenciado no Chile, cuja capacidade corresponde a cerca de 20% da atual capacidade instalada do país, além do maior empreendimento licenciado na região Sudeste do Brasil (MPX Açú), com capacidade total de 5.400 MW. Com a aquisição da usina termelétrica de Seival, atingimos uma capacidade licenciada superior a 1.300 MW no Sul do Brasil, fortalecendo nossa posição nesta região, que tipicamente necessita importar energia para atender à sua demanda e tem limitado potencial hidrelétrico remanescente.

Em 2010, as obras de nossas usinas no Ceará e Maranhão, que hoje empregam 10.000 trabalhadores, progrediram significativamente e hoje se aproximam da sua conclusão, com progresso total em torno de 90%. As usinas iniciarão operação no segundo semestre de 2011, gerando receitas superiores a R\$ 500 milhões já a partir de 2012 e R\$ 750 milhões a partir de 2013. As equipes de operação já foram contratadas e estão em fase final de treinamento. Os financiamentos de longo prazo foram integralmente aprovados, atestando a solidez dos empreendimentos e a excelência de nossa engenharia, que busca não apenas eficiência e rentabilidade, mas também a preservação do meio-ambiente e o desenvolvimento sustentável das comunidades locais.

Por fim, na área de sustentabilidade, em 2010 o nosso programa Vila Nova Canaã, no Maranhão, foi vencedor do Prêmio Eco na categoria Sustentabilidade em Novos Negócios, um dos mais importantes reconhecimentos para empresas comprometidas com os princípios e práticas de cidadania empresarial e do desenvolvimento sustentável no Brasil. O programa promoveu a realocação de 100 famílias, que antes viviam em condições precárias na área da usina de Itaipu. As famílias beneficiadas pelo projeto receberam casas equipadas com eletrodomésticos e computadores em uma vila com quadra esportiva, parque infantil e escola para 600 alunos. Além disso, todas as famílias foram incluídas em um programa de desenvolvimento agrícola em uma área de 60 hectares e com o apoio total de um time de agrônomos.

Demos também continuidade a diversas ações voluntárias de conservação nas Reservas Particulares do Patrimônio Natural de Acurizal, Penha e Dorochê, localizadas no Pantanal Matogrossense, e no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Merece destaque o início da segunda fase do projeto do Corredor Ecológico do Muriqui, uma parceria entre MPX, IBio e Brasil Florestas, para a criação de uma área de desenvolvimento rural sustentável aliada à proteção da biodiversidade na região centro-norte do estado do Rio de Janeiro.

Ainda em 2010, iniciamos as obras para a implantação da MPX Tauá, a primeira usina solar comercial do país, localizada no Ceará. A MPX Tauá, que iniciará operações em abril de 2011, irá gerar 1 MW, energia suficiente para abastecer 1.500 famílias. Finalizamos também os estudos para a utilização de coque de biomassa de eucalipto em nossas usinas no Sul. A coqueima reduzirá emissões e promoverá o reflorestamento, contribuindo para a restauração de mananciais e matas ciliares.

Todas essas conquistas só foram possíveis graças à excelência de nossa equipe e ao apoio sine qua non de nossos acionistas. Isto fez e continuará fazendo a diferença em nossa caminhada.

Agradecemos o apoio dos nossos Acionistas e reafirmamos que a administração e a equipe da MPX estão absolutamente comprometidas com o sucesso da Companhia e sua excelência na execução de negócios integrados de energia.

A Administração

- Em abril de 2010, MPX protocolou o EIA/RIMA para o complexo de geração MPX Parnaíba para geração de até 1863 MW. O terreno, já adquirido, tem localização estratégica, a 50km de uma subestação de 500 kV e 30km do ponto de captação de água.

- Em julho de 2010 foi emitida pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Estado do Maranhão (SEMA) a Licença Prévia para o Complexo de Geração MPX Parnaíba que prevê a implantação de um complexo de geração a gás natural que com capacidade de até 1.863 MW.

- Em julho de 2010, a OGX Maranhão, uma joint venture entre a MPX (33,3%) e a OGX Petróleo e Gás S.A. (66,7%), iniciou a perfuração do poço 1-OGX-16-MA, localizado no bloco PN-T-68, na Bacia do Parnaíba, estado do Maranhão.

- Em agosto de 2010 foi identificada a presença de gás na seção Devoniana do poço 1-OGX-16-MA, no bloco PN-T-68, na bacia terrestre do Parnaíba. Após perfurar os 10 primeiros metros da seção Devoniana com expressivos indícios de gás, à profundidade de 1.654 metros, foi realizado um teste de formação com resultados bastante promissores.

- Iniciada, em 23 de outubro, a perfuração do segundo poço na Bacia do Parnaíba, o OGX-22, no Bloco PN-T-68.

- Em novembro de 2010, a MPX fortaleceu sua posição no Sul do Brasil com a aquisição do empreendimento Usina Termelétrica de Seival. Posteriormente, foi ainda ampliada a capacidade licenciada da MPX Sul, para 727 MW.

- Identificada a presença de gás no poço OGX-22 na Bacia do Parnaíba em novembro de 2010. No mesmo mês, testes indicaram potencial produtivo de até 3,4 milhões de m³ por dia em abertura plena (AOF - Absolute Open Flow).

- Em dezembro de 2010 foi aprovada Licença para Construção de Porto na Região do Atacama, Chile.

3. Cenário setorial.

Mercado de Energia Elétrica

A economia brasileira apresentou no primeiro trimestre de 2011 uma alta expressiva no consumo de energia elétrica. Comparando-se ao mesmo período de 2010, o crescimento foi de 4,25%. Nos últimos 12 meses (mar/2010 a fev/2011), a carga do Sistema Interligado Nacional (SIN) teve um crescimento acumulado de 7,2% em relação ao período de referência (mar/2009 a fev/2010). De acordo com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), os níveis de crescimento de carga de energia elétrica em 2011 por classe de consumo será dado da seguinte maneira: (i) indústrias, 5,3%; (ii) residências, 5,2%; (iii) comércio e serviços, 7,3%, resultando num crescimento do consumo total de eletricidade de 5,4%.

Até o mês de março, o regime hidrológico médio ficou um pouco abaixo da média histórica nas regiões Sudeste e Norte, enquanto o Nordeste apresentou um regime hidrológico bem inferior a média de longo termo (MLT), cerca de 70%. Por outro lado, a região Sul apresentou um regime hidrológico bastante elevado, cerca de 190% da MLT. As aflúncias verificadas contribuíram para uma redução significativa do preço de liquidação de diferenças (PLD). Os níveis de armazenamento das regiões Sul, Sudeste e Nordeste verificados até o início de 2011 estão acima da Curva de Aversão a Risco (CAR) em todos os subsistemas.

A entrada de nova capacidade instalada prevista para 1º de janeiro de 2011, resultante dos Leilões A-5/2006 e A-3/2008, ocorreu apenas parcialmente. Alguns empreendimentos ainda não entraram em operação comercial por problemas de conexão à rede elétrica e diversos empreendimentos termelétricos a óleo combustível encontram-se em atraso, totalizando 1059 MW de potência instalada. A nova previsão de entrada em operação desses empreendimentos é para maio e julho de 2011 e, caso entrem em operação, adicionarão cerca de 630 MW médios ao SIN.

O governo promoverá em julho de 2011 o Leilão de Energia Nova A-3 para entrega de energia em 2014, exclusivo para hidros, gás natural, eólicas e biomassa. Somente serão habilitados tecnicamente pela EPE empreendimentos termelétricos cujo CVU seja menor ou igual a R\$ 150,00/MWh. Adicionalmente a este leilão, espera-se a realização do Leilão A-5/2011 para entrega de energia cinco anos à frente (2016).

Carvão

O mercado internacional de carvão tem apresentado tendência de preços crescentes, devido, principalmente, ao aumento da demanda nos países asiáticos e, pelo lado da oferta, a recentes restrições de produção e transporte causados por uma série de fenômenos naturais (fortes chuvas e enchentes) durante o ano de 2010.

A China e a Índia vêm apresentando crescimentos econômicos robustos nos últimos anos, e têm sido os dois maiores responsáveis pelo aquecimento do mercado internacional de carvão.

A China, apesar de vir apresentando um aumento considerável de sua produção doméstica, em 2010 passou pela primeira vez a ser importadora líquida de carvão térmico, consequência de seu crescente demanda para geração elétrica. O consumo em 2010 cresceu 251 Mt (aumento de 9,3% em relação a 2009), passando a 2.937 Mt, sendo 119 Mt correspondendo a importações. Em 2011 estima-se um aumento da demanda de 154 Mt, com mais 177 Mt em 2012, atingindo 3.267 Mt.⁽¹⁾

A Índia, que teve uma importação em 2010 estimada em 57 Mt, vem apresentando uma expansão agressiva da capacidade instalada com térmicas a carvão, o que fará com que suas necessidades de importação aumentem de forma proporcional. Estima-se que a importação atinja 69 Mt em 2011.⁽²⁾

Desta forma, para 2011, esta tendência de aumento de preços deve se acentuar, principalmente após os recentes acidentes ocorridos em usinas nucleares no Japão. Ferverá haver um aumento da geração de energia térmica a gás natural e carvão, sem que os fornecedores contem com flexibilidade para aumentar rapidamente sua oferta para fazer frente a essa elevação do consumo.

(1) Referência: Wood Mackenzie Thermal Coal Trade Service - 1º Trimestre de 2011

4. Demonstrações Financeiras.

As demonstrações financeiras ora apresentadas refletem principalmente a fase de implementação dos projetos das controladas da Companhia, representada por investimentos, custos e despesas relacionados aos empreendimentos em desenvolvimento.

No ano de 2010, a Companhia apresentou uma receita bruta de R\$ 112,9 milhões, sendo R\$ 43,6 milhões auferidos pela operação da usina UTE Serra do Navio e R\$ 69,3 milhões pela comercializadora de energia. A companhia apurou um resultado negativo de R\$ 256,3 milhões.

O caixa, títulos e valores mobiliários e depósitos vinculados consolidado apurado ao final de 2010 alcançavam R\$ 854,2 milhões.

5. Responsabilidade Sócio-ambiental

Além de cumprir rigorosamente a legislação sociambiental, a MPX entende que transparência e responsabilidade são chaves para a condução de seus negócios. Por isso, a empresa incorpora os três pilares da sustentabilidade, criando empreendimentos economicamente viáveis, ambientalmente saudáveis e socialmente justos.

Em 2010, o programa Vila Nova Canaã foi vencedor do Prêmio Eco na categoria Sustentabilidade em Novos Negócios, uma das mais importantes premiações no Brasil no reconhecimento de empresas comprometidas com os princípios e práticas de cidadania empresarial e do desenvolvimento sustentável. O programa Vila Nova Canaã, no Maranhão, tem como objetivo a realocação de 100 famílias que antes viviam em condições precárias. As famílias beneficiadas pelo projeto receberam casas equipadas com eletrodomésticos e computadores em uma vila com quadra esportiva, parque infantil, escola, praça e programa de desenvolvimento agrícola em área de 60 hectares.

Além disso, estão sendo implementadas diversas ações de conservação nas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) de Acurizal, Penha e Dorochê, localizadas no Pantanal Matogrossense e no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, localizado no nordeste do Maranhão.

6. Mercado de capitais e governança corporativa

Desde sua abertura de capital, em 13 de dezembro de 2007, a MPX Energia aderiu ao Novo Mercado da BMF&FBovespa, reforçando o compromisso da Companhia com as melhores práticas de governança corporativa.

O Conselho de Administração da MPX, eleito na Assembleia de 28 de abril de 2009, é atualmente composto por 8 membros, dos quais 3 independentes, com mandato de 1 ano, sendo permitida a reeleição.

A MPX possui também um Comitê de Auditoria, composto por 3 membros, que tem como objetivo assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atividades relacionadas ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e, ainda, na indicação e avaliação da eficácia da auditoria independente. O Comitê é subordinado ao Conselho de Administração da Companhia atuando com independência com relação à Diretoria.

As ações da MPX são negociadas no segmento do Novo Mercado, na BMF&FBovespa, sob o código MPXE3 e integra, atualmente, as carteiras dos Índices de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC), com Tag Along Diferenciado (ITAG) e o Índice Brasil 100 (IBX-100), além do Índice de Energia Elétrica (IEE).

O Capital Social da Companhia é composto exclusivamente por ações ordinárias, e em 31 de Dezembro de 2010 estava representado por 136.692.680 ações, sendo o free float de 25,1%.

A ação da MPX encerrou o último trimestre de 2010 a R\$ 26,34, contra R\$ 27,70 em 30 de setembro de 2010, apresentando uma desvalorização de 6,2% no período, frente a uma desvalorização de 0,7% do Índice Bovespa (Ibovespa) e valorização de 6,2% do Índice do Setor Elétrico (IEE). No ano o papel MPXE3 fechou com valorização de 17,07%, frente à valorização de 1,02% do Ibovespa e 12% do IEE. A companhia fechou o ano com um valor de mercado de R\$ 3,6 bilhões (aproximadamente US\$ 2,1 bilhão).

7. Cláusula compromissória

A Companhia, seus Acionistas, Administradores e membros do Conselho de Administração obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada, ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos das disposições contidas no Contrato de Participação no Novo Mercado, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, no Estatuto Social, nos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nos regulamentos da BOVESPA, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, nas Cláusulas Compromissórias e no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, conduzida em conformidade com este último Regulamento.

8. Relacionamento com auditores independentes

Em atendimento à instrução CVM no. 381/2003 informamos que a KPMG Auditores Independentes presta serviços de auditoria externa para a MPX relacionados ao exame das demonstrações financeiras e não realizou nenhum outro serviço para a Companhia no exercício de 2010.

O relatório da administração inclui informações relacionadas a investimentos projetados e quantidades estimadas de geração de energia e de produção de mineral as quais não fazem parte do escopo de auditoria.

9. Declaração da Diretoria

Nos termos da Instrução CVM nº 480/09, os diretores da MPX declaram que discutiram, com e concordaram com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

10. Agradecimentos.

A Administração da MPX agradece aos senhores acionistas, aos governos federal, estaduais e municipais, aos parceiros e fornecedores, às comunidades das áreas onde a Companhia desenvolve seus projetos, e, em especial, aos seus colaboradores pela dedicação, compromisso, contribuição e confiança ao longo de 2010, ano de grandes conquistas para MPX.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2011.

A Administração

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora			Consolidado		
		CPCs	IFRS		CPCs	IFRS	
		31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	7	195.612	817.836	1.640.801	304.467	1.543.546	1.858.792
Títulos e valores mobiliários	8	4.909	-	-	175.091	-	-
Contas a receber de clientes	10	-	-	-	9.846	6.295	8.576
Subsídios a receber - Conta Consumo de Combustível	10	-	-	-	4.190	5.445	5.878
Estoques		-	-	-	7.068	2.610	1.238
Despesas antecipadas	11	188	231	-	8.469	5.100	5.395
Ganhos em operações com derivativos	20	50.180	-	59.305	720.353	7.214	73.414
Impostos a recuperar	12	51.272	71.517	56.156	52.615	80.070	61.554
Adiantamentos diversos		922	393	-	4.132	-	-
Depósitos vinculados	9	365.508	95.187	-	374.678	95.187	-
Outros créditos		1	18	506	574	4.531	1.876
		668.592	985.182	1.756.768	1.661.483	1.749.998	2.016.723
Não circulante							
Realizável a longo prazo							
Despesas antecipadas	11	-	-	-	4.283	4.182	7.276
Partes relacionadas	17	277.707	183.326	92.652	3.263	1.584	-
Subsídios a receber - Conta Consumo de Combustível	10	-	-	-	24.617	24.617	-
Impostos a recuperar	12	-	22	-	18.270	11.480	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	19.407	12.382	-	303.743	202.775	45.888
Ganhos em operações com derivativos		-	53.611	34.701	648.694	841.258	226.157
Outros créditos		55	4.178	-	3.541	4.289	-
		297.169	253.519	127.353	1.006.411	1.090.185	279.321
Investimentos	13	1.059.580	762.661	273.003	50.459	560	280
Imobilizado	14	13.857	25.365	3.221	3.472.679	1.936.052	1.089.242
Intangível	16	873	465	211	88.523	40.885	21.112
Diferido		-	1.155	2.753	-	-	-
		2.040.071	2.028.347	2.163.309	6.279.555	4.817.680	3.406.678

Passivo	Nota	Controladora			Consolidado		
		CPCs	IFRS		CPCs	IFRS	
		31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Circulante							
Emprestimos e financiamentos	18	251.078	-	-	294.809	589.889	882.927
Fornecedores	19	3.471	3.135	1.814	119.486	34.006	34.238
Impostos, taxas e contribuições	19	335	27.925	36.609	5.156	32.491	37.840
Encargos trabalhistas		3.976	8.207	4.454	14.369	15.680	5.685
Perdas em operações com derivativos	20	54.634	-	-	766.517	62.359	-
Partes relacionadas	17	716	1.700	1.757	649	1.966	2.173
Retenção contratual	14	-	-	-	183.958	210.646	110.843
Adiantamentos diversos		-	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	48.468	-	-	48.468
Outras obrigações		-	-	-	-	-	-
		8.268	659	2.959	10.753	5.375	3.636
		322.478	41.626	96.061	1.395.697	952.412	1.139.927
Não circulante							
Emprestimos e financiamentos	18	-	-	-	2.295.172	959.482	-
Perdas em operações com derivativos	20	-	60.925	-	791.742	963.280	204.804
Partes relacionadas	17	2	2	2	1.271	-	-
Perdas em investimentos		-	-	8.332	-	-	8.332
Provisão para passivo a descoberto		4.251	29.038	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	-	-	-	90.571	60.145	-
Provisão para desmantelamento	14	-	-	-	3.539	3.282	3.011
		4.253	89.965	8.334	3.182.295	1.986.189	216.147
Patrimônio líquido							
Capital social	22	2.041.918	2.041.918	2.041.695	2.041.918	2.041.918	2.041.695
Reserva de capital	24	223.851	159.030	68.014	223.851	159.030	68.014
Reserva legal							



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

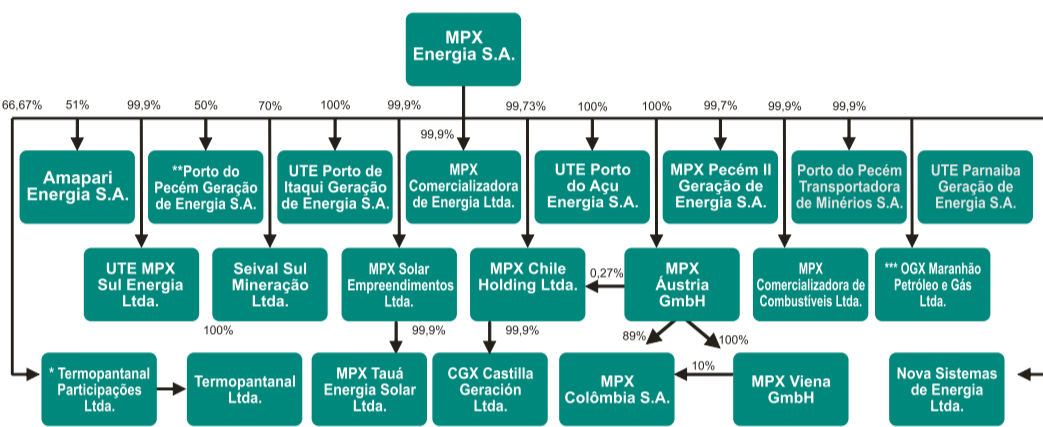
1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MPX Energia S.A. ("Companhia") foi constituída em 25 de abril de 2001 com sede na cidade do Rio de Janeiro. Em 5 de novembro de 2007, a Companhia alterou sua razão social para a atual denominação.

Seu plano de negócios prevê como atividade principal a geração de energia elétrica através do desenvolvimento de matrizes energéticas diversificadas, como carvão mineral, gás natural e fontes renováveis. A Companhia possui um portfólio diversificado de projetos com usinas termelétricas no Brasil e no Chile, além de projetos relacionados a fontes renováveis, como a energia solar. De modo a integrar suas operações, também desenvolve projetos de mineração de carvão na Colômbia e de gás natural no Brasil para fornecimento às usinas e para a comercialização.

Sua atuação nesses projetos é realizada através da participação, como sócia-quotista ou acionista, no capital social de empresas que desenvolvem tais projetos, sendo alguns desenvolvidos em parceria com outros agentes do setor de energia. Os recursos para tais projetos são obtidos basicamente por financiamentos, e pelos recursos captados pela Companhia através da Oferta Pública de Ações da MPX Energia S.A., realizada em 14 de dezembro de 2007 e em 11 de janeiro de 2008 (lote suplementar), no montante total de R\$ 2.035.410.

Em 31 de dezembro de 2010, a MPX Energia S.A. possui participações societárias (diretas e indiretas) nas seguintes controladas, coligada e na controlada em conjunto Porto do Pecém Geração de Energia S.A. as quais, exceto Amapari Energia S.A. e MPX Comercializadora de Energia Ltda., se encontram em fase pré-operacional. Para maiores detalhes das controladas, vide Nota Explicativa nº 13.



* Em 30 de setembro de 2008, a MPX Energia S.A. constituiu provisão para perda sobre o valor total do seu investimento de 66,67% na Termopantanal Participações Ltda. ("Termopantanal Ltda."), conforme Nota Explicativa nº 13n. Esta provisão está contabilizada em conta do passivo não circulante. Em 31 de dezembro de 2009, foi constituída provisão para perda do ativo imobilizado e do ativo diferido ("impairment"), contabilizados na Termopantanal Ltda.

** Controlada em conjunto

*** Coligada

2. LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES

O Grupo MPX tem como compromisso obter todas as licenças e autorizações exigidas por lei para cada uma das suas instalações e atividades. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possui, por meio de suas controladas, as seguintes licenças e autorizações:

Empresa	Tipo	Emissão	Vigência
Porto do Pecém Geração de Energia S.A.	Licença de Instalação nº 114/2009	(a) 11/9/2009	2 anos
MPX Pecém II Geração de Energia S.A.	Licença de Instalação nº 116/2009	(b) 28/9/2009	2 anos
	Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.369/2008	(c) 20/5/2008	29 anos
Amapari Energia S.A.	Despacho SFG nº 2.197/2008	(d) 9/6/2008	Indeterminado
Amapari Energia S.A.	Despacho SFG nº 4.143/2008	(e) 7/11/2008	Indeterminado
Amapari Energia S.A.	Licença de Operação nº 106/2009	(f) 3/7/2009	2 anos
UTE Porto do Açu Energia S.A.	Licença de Prévia Ambiental FEO14522/2008	(g) 14/10/2010	2 anos
UTE Porto do Itaquai Geração de Energia S.A.	Licença de Instalação nº 584/2009	(h) 29/1/2009	4 anos
UTE Porto do Itaquai Geração de Energia S.A.	Licença de Instalação nº 601/2009	(i) 18/3/2009	6 anos
MPX Comercializadora de Energia Ltda.	Despacho ANEEL nº 747/2008	(j) 25/2/2008	Indeterminado
Porto do Pecém Geração de Energia S.A.	Autorização de Supressão de Vegetação nº117/2010	(k) 5/3/2010	1 ano
Seival Sul Mineração Ltda.	Licença de Operação nº 7764/2009	(l) 21/10/2009	4 anos
UTE Porto do Açu Energia S.A.	Licença de Instalação nº IN0882	(m) 14/10/2009	3 anos
UTE Porto do Itaquai Geração de Energia S.A.	Licença de Instalação nº 672/2009	(n) 23/12/2009	4 anos
MPX Energia S.A.	Renovação Licença Prévia 03/2011	(o) 14/1/2011	1 ano
MPX Energia S.A.	Licença Prévia nº 332/2009	(p) 11/11/2009	2 anos
MPX Tauá Energia Solar Ltda.	Licença de Instalação nº 2010/2010	(q) 3/3/2010	2 anos
UTE MPX Sul Energia Ltda.	Licença Prévia nº 601/2010	(r) 21/5/2010	2 anos
Porto do Pecém Geração de Energia S.A.	Autorização de Supressão de Vegetação nº 50/2010	(s) 22/4/2010	1 ano
Porto do Pecém Geração de Energia S.A.	Licença de Instalação nº556/2009	(t) 21/12/2009	2 anos
UTE Parnaíba Geração de Energia S.A.	Licença Prévia nº131/2010	(u) 28/7/2010	6 meses
Nova-Sistemas de Energia Ltda.	Licença de Instalação nº IN 000207	(v) 22/5/2009	3 anos
Nova-Sistemas de Energia Ltda.	Licença de Instalação nº IN 000208	(w) 22/5/2009	3 anos
MPX Energia S.A.	Licença Prévia nº 332/2009- 1ª Retificação	(x) 22/12/2010	2 anos

(a) Renovação da Licença de Instalação nº 98/2008 para usina termelétrica de 720 MW no Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP no Município de São Gonçalo do Amarante, Estado do Ceará. Essa licença foi renovada em 11 de setembro de 2009 com vigência de 2 anos.

(b) Renovação da Licença de Instalação nº 483/2008 de 360 MW adicionais no CIPP no Município de São Gonçalo do Amarante, Estado do Ceará. Essa licença foi renovada em 28 de setembro de 2009 com vigência de 2 anos.

(c) Autorização para operar como Produtor Independente de Energia.

(d) Autorização para início em 10 de junho de 2008 da fase de teste de geração de energia.

(e) Autorização para início em 08 de novembro de 2008 da operação comercial.

(f) Renovação da licença de operação n.º 99/2008, apresentada em 30 de setembro de 2008 à Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM. Esta licença foi renovada em 03 de julho de 2009, com vigência de 2 anos.

(g) Licença ambiental para instalação de usina termelétrica de 2.100 MW no Município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro. Essa licença foi renovada em 14 de outubro de 2010 com vigência de 2 anos.

(h) Licença para instalação de canteiro de obras e serviços de terraplanagem para a construção de usina termelétrica de 360 MW no DISAL, no Município de São Luís no Estado do Maranhão.

(i) Licença para instalação de usina termelétrica de 360 MW no DISAL, Município de São Luís no Estado do Maranhão.

(j) Autorização para operar como comercializadora de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCIE.

(k) Autorização para proceder à supressão de vegetação necessária para instalação do trecho interno de uma faixa de servidão, na localidade do Sítio Bom Jesus no complexo industrial e portuário do Pecém, no Município de São Gonçalo do Amarante.

(l) Renovação da Licença de operação n.º1672/2005 concedida em 21 de outubro de 2009 pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental do Estado do Rio Grande do Sul (FEPAM) com vigência de 4 anos.

(m) Licença de Instalação concedida pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA) com vigência de 3 anos, autorizando a implantação da unidade de produção de energia elétrica de 2.100 MW de energia, composta de 4 turbinas de 525 MW.

(n) Licença de instalação para linha de transmissão de 230KV, com extensão de 15,47 KM, que interligará a UTE à subestação São Luis II da ELETRONORTE.

(o) Licença prévia embasada no parecer técnico nº 3670/2009 - COPAM/NUCAM, referente ao projeto de implantação de um parque eólico com potência nominal de 31,5 MW. Em 14 de janeiro de 2011 houve renovação pela Licença prévia 3/2011 - COPAM/NUCAM.

(p) Licença prévia concedida pelo IBAMA, relativa ao empreendimento da Usina Termelétrica MPX Sul com capacidade de geração de 600MW de energia elétrica por meio de duas unidades geradoras de 30 MW.

(q) Licença embasada no parecer técnico n.º502/2010 COPAM/NUCAM referente a licença de instalação para uma central geradora solar Fotovoltaica Tauá, com potência de 5,0 MW em uma área de 14,3 hectares, inserida numa área global de 203,70 hectares, no município de Tauá, estado do Ceará.

(r) Licença prévia concedida pela FEPAM relativa a barragem para o empreendimento da Usina Termelétrica MPX Sul com capacidade de geração de 600MW de energia elétrica por meio de duas unidades geradoras de 300MW.

(s) Autorização para proceder à supressão de vegetação necessária para instalação da linha de transmissão, na localidade do complexo industrial e portuário do Pecém, no Município de São Gonçalo do Amarante.

(t) Licença de Instalação para linha de transmissão de 230 KV, com extensão de 14,4 KM, que interligará a UTE à subestação Cauipe da CHESF.

(u) Licença prévia concedida pela SEMA relativa ao empreendimento da Usina Termelétrica Parnaíba com capacidade de geração de 1.863 MW de energia elétrica. Renovada em 02 de fevereiro de 2011 pela Licença Prévia 005/2011-SEMA, vide Nota Explicativa nº 31.

(v) Licença de Instalação concedida pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA) com vigência de 3 anos, autorizando a implantação de usina de geração de energia eólica de 66.000 MWh/ano de energia.

(w) Licença de Instalação concedida pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA) com vigência de 3 anos, autorizando a implantação de usina de geração de energia eólica de 147.000 MWh/ano de energia.

(x) Licença Prévia concedida pelo IBAMA com vigência de 2 anos, relativa ao empreendimento Usina Termelétrica MPX Sul com capacidade de geração de 727MW, utilizando como combustível o carvão mineral proveniente da Mina Seival.

Os gastos com as licenças obtidas acima são capitalizados no ativo imobilizado.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a. Declaração de conformidade com as normas IFRS e BR GAAP

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, estão assim apresentadas:

Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de demonstrações contábeis, conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil - BR GAAP.

Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") durante o exercício de 2009 e 2010, com aplicação a partir do exercício de 2010, comparativas ao exercício de 2009.

Os pronunciamentos, as interpretações e orientações do CPC, aprovados por resoluções do CFC e pelas normas da CVM, estão convergentes às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB, exceto pela avaliação dos investimentos em controladas, coligada e controlada em conjunto pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo nas demonstrações separadas e quanto à manutenção do ativo diferido, conforme CPC 43. Algumas adequações foram procedidas nas Demonstrações Financeiras individuais visando o alinhamento e equiparação às Demonstrações Financeiras consolidadas em IFRS, conforme requerido na Deliberação CVM nº 610/09 (CPC 43 - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos). Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais não apresentam diferenças em relação às consolidadas em IFRS, exceto pela manutenção do ativo diferido, conforme previsto no CPC 43. As reconciliações do patrimônio líquido e resultado da controladora com o consolidado estão na Nota Explicativa nº 4.5.

As demonstrações financeiras consolidadas e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

Essas são as primeiras demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as normas IFRS nas quais o CPC 37 foi aplicado.

Demonstrações financeiras de 2009

Os padrões internacionais foram implementados, com base nos aspectos estabelecidos no CPC 37, retroativamente a 1º de janeiro de 2009 (data de transição). Os efeitos da transição para o IFRS no patrimônio líquido consolidado de 1º de janeiro de 2009, bem como o patrimônio líquido consolidado de 31 de dezembro de 2009 e o resultado do exercício de 2009, já estão sendo apresentados nas respectivas demonstrações financeiras. A comparação do balanço consolidado na data da adoção das IFRS e as demais informações ajustadas de 2009, com os valores divulgados naquelas datas, estão evidenciadas na Nota Explicativa nº 4.2.

A autorização para a conclusão das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010 foi dada pela Administração em 24 de março de 2011.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e àqueles instrumentos financeiros derivativos que foram mensurados pelo valor justo.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre premissas e estimativas que poderão resultar em ajustes dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota nº 12 - Imposto de renda e contribuição social diferidos.

Nota nº 24 - Opção de compras de ações.

Nota nº 20 - Instrumentos financeiros.

4. ADOÇÃO DOS PADRÕES INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

4.1. Transição das práticas contábeis para adoção do IFRS e novos pronunciamentos técnicos emitidos em 2009 e 2010 pelo CPC

Para adequar as demonstrações financeiras aos requerimentos do IFRS e aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC, vigentes em 31 de dezembro de 2010, a Companhia efetuou as alterações obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva, conforme segue:

Isenções opcionais

• Isenção de Combinação de Negócios - A Companhia aplicou a isenção de combinação de negócios descrita no IFRS 1 e no CPC 37 e, assim, não reapresentou as combinações de negócios que ocorreram antes de 1º de janeiro de 2009, data de transição.

• Isenção de Custo Atribuído - A Companhia fez opção em não utilizar o custo atribuído para valorização do seu ativo imobilizado em função de que o seu imobilizado tal como apresentado conforme as práticas contábeis anteriores (BR GAAP em vigor em 2009) já atendia de forma material os principais requisitos de reconhecimento, valorização e apresentação do CPC 27 (IAS 16), e em função principalmente de que partes substanciais dos ativos da Companhia estão em fase de construção e tratam-se de ativos adquiridos recentemente, conforme Nota Explicativa nº 14.

Alterações obrigatórias

• A participação dos acionistas não controladores passa a integrar o patrimônio líquido, destacados em linha específica, conforme CPC 26 e IAS 1.

• Ajustes Acumulados de Conversão - A Companhia fixou em zero os ajustes acumulados de conversão de anos anteriores para a data de transição de 1º de janeiro de 2009. Essa alteração foi aplicada a todas as controladas no exterior.

• A Companhia reconheceu Opções de Compra de Ações Outorgadas pelo acionista Controlador, conforme CPC 10 e ICPC 05, para fins de BRGAAP, e IFRS 2 (Share-based payment) e IFRIC 11, para fins de IFRS.

• A Lei 11.941/09, para fins de BRGAAP, sujeitou o ativo diferido, permitindo a manutenção do saldo acumulado até 31 de dezembro de 2008, podendo ser amortizado em até 10 anos, extinguido a teste de impairment, o que está sendo adotado pela Companhia nas demonstrações contábeis individuais, em consonância com o estabelecido pelo CPC 43. De acordo com os IFRS, receitas e despesas pré-operacionais devem ser registradas no resultado do exercício quando incorridas. Com a adoção dos IFRS, a Companhia registrou em prejuízos acumulados no balanço consolidado de 1 de janeiro de 2009 (adoção inicial) o montante de R\$55.154, líquido de efeitos fiscais.

• A Companhia avaliou o ativo imobilizado baseado no CPC 27, ICPC 10 e IAS 16, não identificando efeitos relevantes quanto à avaliação da vida útil e valores residuais, componetização dos bens. Adicionalmente foi constituída a provisão do custo de desmantelamento, no montante de R\$1.750 relativo à controlada Porto do Pecém e R\$1.789 relativo à MPX Pecém II Geração de Energia S.A.

• Os efeitos líquidos de variação cambial sobre o principal dos empréstimos foram reclassificados de ativo imobilizado para prejuízos acumulados no balanço consolidado na data da adoção inicial (1º de janeiro de 2009) e para resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 nos montantes de R\$51.399 e R\$8.283, respectivamente, conforme CPC 20 e IAS 23.

• A Companhia reclassificou os adiantamentos para futuro aumento de capital em suas controladas, os quais são irrevogáveis e irretiráveis, entretanto não há definido valor fixo de quantidade de ações/quotas para aumento de capital, não atendendo aos requerimentos do CPC 38, e portanto estão sendo reclassificados do grupo de investimentos para o ativo não circulante.

• A Companhia efetuou a abertura das posições ativas e passivas dos instrumentos financeiros derivativos swap que estavam sendo apresentados líquidos e reconheceu como ativo os ganhos não realizados e como passivo as perdas não realizadas oriundas destas operações considerando que tais contratos possuem prazos de vencimentos distintos, atendendo desta forma ao requerimento do CPC 39.

Além dos assuntos acima descritos, a Companhia adequou suas demonstrações financeiras, para fins de divulgação, e passou a apresentar as seguintes informações:

• Demonstração consolidada dos resultados abrangentes, conforme requerido pelo CPC 26 e IAS 1.

• Lucro (prejuízo) por ação, conforme requerido no CPC 41 e IAS 33 (*Earnings per share*), apresentado na Nota Explicativa nº 23.

• Despesas por natureza, conforme requerido no CPC 26 e IAS 1 (*Presentation of Financial Statements*), apresentadas na Nota Explicativa nº 26.

• Informações por segmento, conforme requerido no CPC 22 e IFRS 8 (*Operating Segments*), apresentadas na Nota Explicativa nº 30.

4.2. Efeitos da adoção dos padrões internacionais nas demonstrações financeiras consolidadas

Balanço patrimonial consolidado

	31/12/2009		1/1/2009*	
	Conforme divulgado	Ajustado IFRS	Conforme divulgado	Ajustado IFRS
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	1.638.733	1.543.546	1.858.792	1.858.792
Contas a receber de clientes	6.295	6.295	8.576	8.576
Subsídios a receber - Conta Consumo de Combustível	5.445	5.445	5.878	5.878
Estoques	2.610	2.610	1.238	1.238
Despesas antecipadas	5.100	5.100	5.395	5.395
Ganhos em operações com derivativos	6.434	7.214	85.704	73.414
Impostos a recuperar	80.070	80.070	61.554	61.554
Depósitos vinculados	-	95.187	-	-
Outros créditos	4.531	4.531	1.875	1.876
	1.749.218	1.749.998	2.029.012	2.016.723
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Despesas antecipadas	4.182	4.182	7.276	7.276
Partes relacionadas	1.584	1.584	-	-
Subsídios a receber - Conta Consumo de Combustível	24.617	24.617	-	-
Imposto a recuperar	11.480	11.480	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	166.006	202.775	-	45.888
Ganhos em operações com derivativos	179.356	841.258	175.037	226.157
Outros créditos	4.289	4.289	-	-
	391.514	1.090.185	182.313	279.321
Circulante				
Investimentos	560	560	280	280
Imobilizado	1.988.668	1.936.052	1.140.641	1.089.242
Intangível	40.885	40.885	21.111	21.112
Diferido	48.461	-	83.565	-
Total	4.219.306	4.817.680	3.456.922	3.406.678



Passivo	31/12/2009		1/1/2009	
	Conforme divulgado	Ajustado IFRS	Conforme divulgado	Ajustado IFRS
Circulante				
Empréstimos e financiamentos	589.889	589.889	882.907	882.907
Fornecedores	34.006	34.006	34.238	34.238
Impostos, taxas e contribuições	32.491	32.491	37.840	37.840
Encargos trabalhistas	15.680	15.680	5.685	5.685
Perdas em operações com derivativos	62.359	62.359	16.469	-
Partes relacionadas	1.966	1.966	2.173	2.173
Retenção contratual	210.646	210.646	110.843	110.843
Adiantamentos diversos	-	-	14.137	14.137
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	48.468	48.468
Outras obrigações	5.375	5.375	3.636	3.636
	<u>952.412</u>	<u>952.412</u>	<u>1.156.396</u>	<u>1.139.927</u>
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	959.482	959.482	-	-
Perdas em operações com derivativos	300.599	963.280	149.502	204.804
Perdas em investimentos	-	-	8.332	8.332
Imposto de renda e contribuição social diferidos	60.145	60.145	-	-
Provisão para desmantelamento	-	3.282	-	3.011
	<u>1.320.226</u>	<u>1.986.189</u>	<u>157.834</u>	<u>216.147</u>
Participação de acionistas não controladores	<u>39.308</u>	<u>-</u>	<u>46.844</u>	<u>-</u>
Patrimônio líquido				
Capital social	2.041.918	2.041.918	2.041.695	2.041.695
Reserva de capital	6.122	159.030	4.027	68.014
Reserva legal	-	-	10.205	10.205
Reserva de investimentos	-	-	36.962	36.962
Ajustes de avaliação patrimonial	(31.763)	(43.413)	2.959	-
Ajustes acumulados de conversão	(8.692)	-	-	-
Prejuízos acumulados	(100.225)	(315.933)	-	(153.116)
Participação de acionistas não controladores	-	37.477	-	46.844
	<u>4.219.306</u>	<u>4.817.680</u>	<u>3.456.922</u>	<u>3.406.678</u>

* Data da adoção inicial

Demonstração do resultado consolidado

	31/12/2009	
	Conforme divulgado	Ajustado IFRS
Receita de venda de bens e/ou serviços	<u>63.911</u>	<u>63.911</u>
Custo de bens e/ou serviços vendidos	<u>(58.811)</u>	<u>(42.088)</u>
Resultado bruto	<u>5.100</u>	<u>21.823</u>
Despesas/Receitas operacionais		
Gerais e Administrativas	(162.549)	(241.951)
Outras despesas operacionais	(11.292)	(11.292)
	<u>(168.741)</u>	<u>(253.243)</u>
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	611.039	243.575
Despesas financeiras	(657.494)	(76.311)
Instrumentos financeiros derivativos	-	(200.175)
Varição cambial, líquida	-	(3.352)
	<u>(46.455)</u>	<u>(36.263)</u>
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	<u>(215.196)</u>	<u>(267.683)</u>
Provisão para IR e Contribuição Social - corrente	(30.063)	(30.063)
Provisão para IR e Contribuição Social - diferido	89.499	77.563
Participação de acionistas não controladores	(8.368)	(10.199)
Prejuízo do exercício	<u>(147.392)</u>	<u>(209.984)</u>

Atribuível a:

Acionistas não controladores	(8.368)	(10.199)
Acionistas controladores	(147.392)	(209.984)

Demonstração do fluxo de caixa consolidado

	31/12/2009	
	Conforme divulgado	Ajustado IFRS
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(147.392)	(220.183)
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	6.457	9.739
Amortização do diferido	33.608	-
Operações com derivativos não realizados	271.938	200.175
Ajuste por perda cambial	(11.651)	-
Opções de ações outorgadas	2.095	91.016
Provisão para perda em investimentos	(8.332)	(8.332)
Provisão para desmantelamento	-	3.282
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquido	-	77.573
Provisão para Impairment	11.394	-
	<u>158.117</u>	<u>153.260</u>
Variações nos ativos e passivos		
Aumento em adiantamentos diversos	(13.831)	(13.766)
Aumento em outros créditos	(7.251)	-
Redução em despesas antecipadas	3.389	3.389
Redução em contas a receber	2.281	2.281
Aumento depósitos vinculados	-	(95.187)
Aumento nos impostos a recuperar	(29.996)	(29.996)
Aumento em estoques	(1.372)	(1.372)
Aumento nos impostos diferidos - ativo	(166.006)	(174.304)
Aumento em partes relacionadas	(1.791)	-
Redução de avaliação patrimonial	(31.763)	-
Redução em impostos, taxas e contribuições	(5.349)	(5.349)
Aumento nas retenções contratuais	99.803	-
Aumento nos impostos diferidos - passivo	60.145	-
Redução em fornecedores	(232)	(586)
Aumento em provisões e encargos trabalhistas	-	9.995
	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2009</u>
	<u>Conforme divulgado</u>	<u>Ajustado IFRS</u>
Aumento em outras contas a pagar	11.734	1.737
Redução em Subsídios a receber - Conta Consumo de Combustível	(24.184)	(24.184)
Outros	-	(6.946)
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	<u>53.694</u>	<u>(181.028)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Participações de acionistas não controladores	(7.536)	-
Aquisição de imobilizado e intangível	(884.156)	(903.257)
Baixa de imobilizado e intangível	-	13.130
Varição de investimentos	(280)	(280)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(891.972)</u>	<u>(890.407)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Ganhos com instrumentos financeiros	-	40.000
Aumento de capital	223	223
Mútuo com partes relacionadas	-	(1.791)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(48.468)	(48.468)
Aumento de capital proveniente de participação de acionistas não controladores	-	832
Retenções contratuais	-	89.803
Empréstimos e financiamentos obtidos	666.464	666.464
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades de financiamentos	<u>(618.219)</u>	<u>757.063</u>
Efeito da variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	<u>(874)</u>	<u>(874)</u>
Redução de caixa e equivalentes	<u>(220.059)</u>	<u>(315.246)</u>
Demonstração da redução de caixa e equivalentes		
No início do exercício	1.858.792	1.858.792
No fim do exercício	<u>1.638.733</u>	<u>1.543.546</u>
	<u>(220.059)</u>	<u>(315.246)</u>

As diferenças entre os saldos divulgados e os saldos ajustados para IFRS são, basicamente, decorrentes dos seguintes efeitos: baixa do ativo diferido para fins consolidados; valor justo das opções de compra de ações outorgadas pelo controlador final; registro da provisão para desmantelamento; estorno da variação cambial sobre o principal dos empréstimos inicialmente capitalizada; transferência da classificação da participação de não controladores para o grupo de patrimônio líquido, além do registro dos impostos diferidos sobre essas diferenças de mudança de prática contábil (BRGAAP x IFRS). Os efeitos mencionados estão refletidos nas seguintes linhas: imobilizado, diferido, provisão para desmantelamento (passivo não circulante), patrimônio líquido, custo e despesas operacionais, conforme reconciliação do patrimônio líquido e resultado demonstrado na nota 4.4.

A Companhia efetuou uma reclassificação de R\$95.187 do grupo de caixa e equivalentes de caixa para o grupo de depósitos vinculados para uma melhor apresentação no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2009 (Nota Explicativa nº 9).

4.3. Efeitos da adoção dos CPCs e padrões internacionais nas demonstrações financeiras da controladora

Balanco patrimonial controladora

Ativo	31/12/2009		1/1/2009	
	Conforme divulgado	Ajustado IFRS	Conforme divulgado	Ajustado IFRS
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	913.023	817.836	1.640.801	1.640.801
Despesas antecipadas	231	231	-	-
Ganhos em operações com derivativos	-	-	59.305	59.305
Impostos a recuperar	71.517	71.517	56.156	56.156
Adiantamentos diversos	393	393	-	-
Depósitos vinculados	-	95.187	-	-
Outros créditos	18	18	258	504
	<u>985.182</u>	<u>985.182</u>	<u>1.756.520</u>	<u>1.756.766</u>
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Partes relacionadas	35.154	183.326	27.107	92.652
Imposto a recuperar	22	22	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.382	12.382	-	-
Ganhos em operações com derivativos	53.611	53.611	34.701	34.701
Outros créditos	4.178	4.178	-	-
	<u>105.347</u>	<u>253.519</u>	<u>61.808</u>	<u>127.353</u>
Investimentos	<u>905.967</u>	<u>762.661</u>	<u>360.260</u>	<u>273.003</u>
Imobilizado	<u>25.365</u>	<u>25.365</u>	<u>3.221</u>	<u>3.221</u>
Intangível	<u>15.935</u>	<u>465</u>	<u>15.681</u>	<u>211</u>
Diferido	<u>1.155</u>	<u>1.155</u>	<u>2.753</u>	<u>2.753</u>
Total	<u>2.038.951</u>	<u>2.028.347</u>	<u>2.200.243</u>	<u>2.163.307</u>

Passivo	31/12/2009		1/1/2009	
	Conforme divulgado	Ajustado IFRS	Conforme divulgado	Ajustado IFRS
Circulante				
Fornecedores	3.135	3.135	1.814	1.814
Impostos, taxas e contribuições	27.925	27.925	36.609	36.609
Encargos trabalhistas	8.207	8.207	4.454	4.454
Partes relacionadas	1.700	1.700	1.757	1.757
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	48.468	48.468
Outras obrigações	659	659	2.959	2.959
	<u>41.626</u>	<u>41.626</u>	<u>96.061</u>	<u>96.061</u>
Não circulante				
Perdas em operações com derivativos	60.925	60.925	-	-
Partes relacionadas	2	2	2	2
Perdas em investimentos	-	-	8.332	8.332
Passivo a descoberto	29.038	29.038	-	-
	<u>89.965</u>	<u>89.965</u>	<u>8.334</u>	<u>8.334</u>
Patrimônio líquido				
Capital social	2.041.918	2.041.918	2.041.695	2.041.695
Reserva de capital	6.122	159.030	4.027	68.013
Reserva legal	-	-	10.205	10.204
Reserva de investimentos	-	-	36.962	36.962
Ajustes de avaliação patrimonial	(31.763)	(43.413)	-	-
Ajustes acumulados de conversão	(8.692)	-	2.959	-
Prejuízos acumulados	(100.225)	(260.779)	-	(97.962)
	<u>2.038.951</u>	<u>2.028.347</u>	<u>2.200.243</u>	<u>2.163.307</u>

Demonstração do resultado controladora

	31/12/2009	
	Conforme divulgado	Ajustado IFRS
Despesas/Receitas operacionais		
Gerais e administrativas	(72.411)	(162.815)
Outras despesas operacionais	(28.599)	(27.116)
	<u>(101.010)</u>	<u>(189.931)</u>
Resultado de equivalência patrimonial	<u>(118.586)</u>	<u>(92.257)</u>
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	<u>(219.596)</u>	<u>(282.188)</u>
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	167.678	145.245
Despesas financeiras	(80.109)	(350)
Instrumentos financeiros derivativos	-	(58.108)
Varição cambial líquida	-	782
	<u>(132.027)</u>	<u>(194.619)</u>
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	<u>(27.747)</u>	<u>(27.747)</u>
Provisão para IR e Contribuição Social - corrente	12.382	12.382
Provisão para IR e Contribuição Social - Diferido	-	-
Prejuízo do exercício	<u>(147.392)</u>	<u>(209.984)</u>

Demonstração do fluxo de caixa controladora

	31/12/2009	
	Conforme divulgado	Ajustado IFRS
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Prejuízo do exercício	(147.392)	(209.984)
Depreciação e amortização	525	525
Amortização do diferido	1.598	-
Resultado da equivalência patrimonial	118.586	92.257
Operações com instrumentos financeiros derivativos	101.320	58.108
Ajuste por perda cambial	(11.651)	-
Opções de ações outorgadas	2.095	91.016
Provisão para perda em investimentos	(8.332)	(8.332)
Provisão para passivo a descoberto	29.038	29.038
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	12.381
	<u>85.787</u>	<u>65.009</u>

Variações nos ativos e passivos:

Aumento em adiantamentos diversos	(154)	(393)
Aumento em outros créditos	(4.177)	-
Aumento em despesas antecipadas	(231)	(231)
Aumento de depósitos vinculados	-	(95.187)
Aumento nos impostos a recuperar	(15.383)	(15.383)
Aumento nos impostos diferidos - ativo	(12.382)	(24.764)
Aumento em partes relacionadas	(59)	-
Redução de avaliação patrimonial	(31.763)	-
Redução em impostos, taxas e contribuições	(8.684)	(8.684)
Aumento em fornecedores	1.321	1.321
Aumento em provisões e encargos trabalhistas	-	3.752
Aumento (redução) em outras contas a pagar	1.454	(2.300)
Outros	-	(3.691)
	<u>15.729</u>	<u>(80.551)</u>

Caixa líquido usado nas atividades operacionais	31/12/2009	
	Conforme divulgado	Ajustado IFRS
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(22.922)	(22.941)
Baixa de imobilizado e intangível	-	19
Varição de investimentos	(664.293)	(591.093)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(687.215)</u>	<u>(614.015)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Ganho com instrumentos financeiros	-	11.449
Aumento de capital	223	223
Mútuo com partes relacionadas	(8.047)	(90.729)
Pagamento de dividendos	(48.468)	(48.468)



4.4. Reconciliação do patrimônio líquido e do resultado divulgado com o IFRS e CPC

	31/12/2009	1/1/2009
Patrimônio líquido conforme divulgado	1.907.360	2.095.847
Valor justo das opções de compra de ações da Companhia outorgadas pelo acionista controlador final (ICPC 05) - Efeito na reserva de capital	152.907	63.986
Varição cambial sobre o principal dos empréstimos	(39.390)	(33.924)
Baixa do ativo diferido	(23.088)	(55.153)
Provisão desmantelamento	(3.282)	(3.011)
Opções de compra de ações da Companhia outorgadas pelo acionista controlador final (ICPC 05) - Efeito no prejuízo acumulado	(152.907)	(63.986)
Participação de acionistas não controladores	37.477	46.844
Patrimônio líquido ajustado aos padrões internacionais de contabilidade IFRS e CPC	1.879.077	2.050.603

	31/12/2009	1/1/2009
Prejuízo do exercício conforme divulgado	(147.392)	
Reversão da amortização do ativo diferido	48.461	(88.921)
Valor justo das opções de compra de ações da Companhia outorgadas pelo acionista controlador final - ICPC 05		(271)
Provisão desmantelamento		(8.094)
Varição cambial sobre principal dos empréstimos		(1.831)
Participação de acionistas não controladores		(1.831)
Reversão dos impostos diferido sobre ativo diferido		(11.936)
Prejuízo do exercício da controladora ajustado aos padrões internacionais de contabilidade IFRS e CPC	(209.984)	

4.5. Reconciliação do patrimônio líquido e do resultado consolidados com o da Controladora

	Patrimônio líquido		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Consolidado em IFRS	1.658.186	1.841.602	2.003.761
Ativo diferido	55.154	55.154	55.154
Controladora ajustado aos CPCs	1.713.340	1.896.756	2.058.914

4.6. Efeitos no resultado e no patrimônio líquido dos trimestres findos em 2009 e 2010

Em atendimento à Deliberação CVM nº 656, de 25 de janeiro de 2011 a Companhia apresenta abaixo os efeitos no resultado e no patrimônio líquido dos trimestres findos em 31/03/2009, 30/06/2009, 30/09/2009, 31/03/2010, 30/06/2010 e 30/09/2010, decorrentes da plena adoção das normas de 2010.

	Trimestre findo em			Trimestre findo em		
	31/3/2009	30/6/2009	30/9/2009	31/3/2010	30/6/2010	30/9/2010
Patrimônio líquido divulgado	2.103.753	2.002.092	1.897.388	1.844.885	1.793.670	1.728.511
Plano de opção de ações outorgadas pelo Controlador	86.216	108.446	130.677	79.759	95.532	111.305
Provisão para desmantelamento	(68)	(135)	(203)	(74)	(148)	(221)
Varição Cambial sobre o principal dos empréstimos	139.669	(83.819)	(39.997)	-	-	-
Baixa do ativo diferido	13.871	(7.240)	245	(16.477)	(16.654)	(15.528)
Baixa do ativo diferido em 1/1/2009	(55.153)	(55.153)	(55.153)	(55.153)	(55.153)	(55.153)
Ajuste de Conversão	2.959	2.959	2.959	2.959	2.959	2.959
Provisão para Desmantelamento em 1/1/2009	(3.011)	(3.011)	(3.011)	(3.011)	(3.011)	(3.011)
Plano de opções de ações outorgadas pelo controlador	(63.986)	(63.986)	(63.986)	(63.986)	(63.986)	(63.986)
Varição cambial sobre principal do empréstimo	(33.923)	(33.923)	(33.923)	(33.923)	(33.923)	(33.923)
Prejuízos acumulados	(22.230)	(44.460)	(66.691)	(15.773)	(31.546)	(47.319)
Patrimônio líquido representado	2.168.097	1.821.770	1.768.305	1.739.206	1.688.740	1.623.634

Reconciliação do resultado do exercício

	Resultado do trimestre findo em			Resultado do trimestre findo em		
	31/3/2009	30/6/2009	30/9/2009	31/3/2010	30/6/2010	30/9/2010
Resultado do exercício divulgado	10.127	(81.188)	(91.289)	(64.456)	(53.598)	(66.123)
Plano de opção de ações outorgadas pelo Controlador	(22.230)	(22.230)	(22.230)	(15.773)	(15.773)	(15.772)
Custo de desmantelamento	(68)	(67)	(68)	(74)	(74)	(74)
Ativo diferido	13.871	(21.111)	7.484	(16.477)	823	126
Resultado do exercício representado	1.700	(124.596)	(106.104)	(96.780)	(68.622)	(81.843)

	Resultado do período findo em			Resultado do período findo em		
	31/3/2009	30/6/2009	30/9/2009	31/3/2010	30/6/2010	30/9/2010
Resultado do exercício divulgado	10.127	(71.061)	(162.350)	(64.456)	(118.054)	(184.177)
Plano de opção de ações outorgadas pelo Controlador	(22.230)	(44.460)	(66.690)	(15.773)	(31.546)	(47.318)
Custo de desmantelamento	(68)	(135)	(203)	(74)	(148)	(221)
Ativo diferido	13.871	(7.240)	245	(16.477)	(15.654)	(15.528)
Resultado do exercício representado	1.700	(122.896)	(228.99)	(96.780)	(165.402)	(247.245)

Estas Informações Trimestrais foram sujeitas aos procedimentos de revisão especial aplicados pelos auditores independentes da Companhia de acordo com os requerimentos da CVM para Informações Trimestrais (NPA 06 do IBRACON), incluindo os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis, não tendo sido, portanto, sujeitas aos procedimentos de auditoria.

5. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas pela Companhia estão apresentadas a seguir:

a. Bases de consolidação

(i) *Combinação de negócios para aquisições efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2009*

Para aquisições efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2009, a Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não-controladora na companhia adquirida, deduzindo o valor reconhecido líquido (geralmente o valor justo) dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição. Quando o excedente é negativo, um ganho decorrente do acordo da compra é reconhecido imediatamente na demonstração de resultados do período.

Para cada combinação de negócios a Companhia escolhe se irá mensurar a participação não-controladora pelo seu valor justo ou pela participação proporcional da participação não-controladora sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição.

Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, os quais a Companhia incorre com relação a uma combinação de negócios, são reconhecidas como despesas à medida que são incorridos.

A única aquisição ocorrida a partir de 1º de janeiro de 2009 foi a empresa Nova-Sistemas de Energia Ltda., conforme mencionado na Nota Explicativa nº 13.

Aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009

Como parte da transição para o IFRS e CPC a Companhia optou por não representar as combinações de negócio anteriores a 1º de janeiro de 2009. Com relação a aquisições anteriores a 1 de janeiro de 2009 o ágio representa o montante reconhecido sob as práticas contábeis anteriormente adotadas. Este ágio foi testado quanto a redução do seu valor recuperável na data de transição, conforme Nota Explicativa nº 16.

(ii) Controladas e controladas em conjunto

As demonstrações financeiras de controladas e controladas em conjunto (*joint venture*) são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle ou controle compartilhado se inicia até a data em que o controle ou controle compartilhado deixa de existir. As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia e suas controladas.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(iii) Investimentos em coligadas

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle, sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20 e 50 por cento do poder votante de outra entidade.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. Os investimentos da Companhia incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (o ágio em coligadas não é registrado e testado para redução do valor recuperável separadamente). As demonstrações financeiras consolidadas incluem receitas e despesas e variações patrimoniais de companhias coligadas, após a realização de ajustes para alinhar as suas políticas contábeis com aquelas da Companhia e suas controladas, a partir da data em que uma influência significativa ou controle conjunto começam a existir até a data em que aquela influência significativa ou controle conjunto cessam. Quando a participação da Companhia e suas controladas nos prejuízos de uma empresa investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado excedam a sua participação acionária nessa companhia registrado por equivalência patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária, incluindo quaisquer investimentos de longo prazo, é reduzido a zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é encerrado, exceto nos casos em que a Companhia e suas controladas tenham obrigações construtivas ou efetuem pagamentos em nome da empresa investida, quando, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos.

(iv) Operações controladas em conjunto

Operações controladas em conjunto são aqueles empreendimentos sobre cujas atividades a Companhia, direta ou indiretamente, controla em conjunto com outro investidor, por meio de acordo contratual que exige consentimento unânime para as decisões financeiras e operacionais.

Uma operação controlada em conjunto é uma operação na qual cada empreendedor utiliza seus próprios ativos com o objetivo das operações em conjunto. As demonstrações financeiras consolidadas incluem os ativos que a Companhia controla e os passivos nos quais ela incorre durante o curso das atividades visando a operação conjunta, e as despesas nas quais a Companhia tenha incorrido e sua participação nas receitas que auferir da operação conjunta.

Na Nota Explicativa nº 6 são divulgadas as eliminações de consolidação.

b. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

c. Moeda estrangeira

De acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 534, de 29 de janeiro de 2008, a Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real e as moedas funcionais de suas controladas no exterior são peso chileno (MPX Energia de Chile Ltda.), peso colombiano (MPX Colombia S.A.) e euro (MPX Austria GmbH) em função de seu plano de negócios, ambiente econômico e, principalmente, em decorrência dos seus custos de operação. Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas realizadas em moeda funcional distinta da controladora, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulados de conversão e reconhecidos na demonstração do resultado quando esses investimentos são alienados, todo ou parcialmente. As demonstrações financeiras de controladas e coligadas no exterior são ajustadas às práticas contábeis do Brasil e, posteriormente, convertidas para a moeda funcional da controladora pela taxa de câmbio da data do fechamento.

d. Instrumentos financeiros

Todos os instrumentos financeiros foram reconhecidos no balanço da Companhia e de suas controladas, tanto no ativo quanto no passivo, e são mensurados inicialmente pelo valor justo quando aplicável e após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo

decrecido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Nas operações com derivativos, variações do valor justo são registradas no resultado financeiro, na conta Instrumentos Derivativos, a não ser que esses sejam relacionados a um hedge de fluxo de caixa. Nesses casos, as variações são registradas no patrimônio líquido até a sua realização.

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem bancos, aplicações financeiras, contas a receber, outros créditos, assim como fornecedores, empréstimos, contas a pagar e outras dívidas, os quais são mensurados a custo amortizado exceto as aplicações financeiras que estão a valor justo através do resultado.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados conforme descrito abaixo:

d.1. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, designado dessa forma quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado. As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas foram classificadas nesta categoria.

d.2. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis devem ser mensurados pelo custo amortizado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável. O contas a receber de clientes, subsídios a receber, depósitos vinculados e partes relacionadas da Companhia e suas controladas foram classificados nesta categoria.

d.3. Instrumentos financeiros de derivativos e contabilidade de operações de hedge

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos na data da sua negociação ("*trade date*") pelo seu valor justo. Subsequentemente, o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do período, exceto no que se refere aos derivativos de cobertura de fluxo de caixa, conforme mencionado abaixo.

Contabilidade de operações de hedge

A Companhia e suas controladas utilizam de instrumentos financeiros de cobertura do risco de taxa de juros, variação cambial e financiamentos. Os derivativos que não se qualificam como de cobertura de fluxo de caixa são registrados como de negociação.

Os derivativos de cobertura de fluxo de caixa são registrados ao valor justo e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de *hedge* adaptado, como segue:

i) Na data de início da relação deve existir a documentação formal da cobertura;

ii) Existe a expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz;

iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada de forma confiável;

iv) A cobertura é avaliada numa base contínua e efetivamente determinada como sendo altamente efetiva ao longo do período do financiamento; e

v) Em relação à cobertura de uma transação prevista, esta tem de ser altamente provável e tem de apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afetar o resultado.

Cobertura de fluxos de caixa

A parte efetiva das variações do valor justo dos derivativos designados e que se qualificam como cobertura de fluxos de caixa é reconhecida em patrimônio líquido - ajuste de avaliação patrimonial. Os ganhos ou perdas da parcela não efetiva da relação de cobertura são reconhecidos em contrapartida no resultado do período, no momento em que ocorre a ineffectividade.

Os valores acumulados em patrimônio líquido são transitados em resultados nos períodos em que o item coberto afeta resultados. Entretanto, quando a transação prevista que se encontra coberta resulta no reconhecimento de um ativo ou passivo não financeiro, os ganhos ou perdas registrados em patrimônio líquido são reconhecidos em contrapartida do custo inicial do ativo ou passivo.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os critérios para a contabilidade de *hedge*, qualquer ganho ou perda acumulado registrado em patrimônio líquido na data mantém-se em patrimônio líquido até que a transação prevista seja reconhecida em resultados. Quando já não é esperado que a transação ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registrados em contrapartida de patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado do período.

Efetividade

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal, deve ser demonstrada a sua efetividade. Assim, a Companhia e suas controladas executam testes prospectivos na data de início da relação de cobertura e, em cada data de balanço realiza testes prospectivamente e retroativamente de modo a demonstrar a sua efetividade e mostrando que as alterações no valor justo do item coberto são compensadas por alterações no valor justo do instrumento de cobertura, no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer ineffectividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

d.4. Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados por aplicações de curto prazo, de liquidez imediata, que são prontamente conversíveis para quantias conhecidas de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

d.5. Títulos e valores mobiliários

Títulos e valores mobiliários são ativos financeiros adquiridos pela Companhia, principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo. Usualmente, incluem-se nesta classificação valores mobiliários com vencimentos originais acima de 90 dias na data da aplicação.

d.6. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis ao mesmo e, subsequentemente, pelo custo amortizado usando o método de taxa efetiva de juros.

d.7. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos. Não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa dado que a Administração não possui expectativa de perdas relevantes no contas a receber.

e. Estoques

O custo dos estoques é avaliado pelo custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de insumos, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes, reduzido por provisão para perda ao valor de mercado, quando aplicável. O custo é representado pelo valores pagos de óleo diesel e óleo lubrificante utilizados como insumos na geração de energia elétrica pela controlada Amapari Energia S.A.

f. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros, variações cambiais e demais encargos financeiros capitalizados. A depreciação dos ativos é calculada a partir da entrada em operação, pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 14, este método leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens com os respectivos valores residuais. Não houve alteração significativa na vida útil dos bens que estão sujeitos a depreciação, bem como esses ativos são depreciados por período não superior ao prazo de autorização das operações da Companhia e suas controladas.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuídos à aquisição, à construção ou à produção de um ativo imobilizado formam parte do custo deste ativo, conforme estabelece o CPC 20 e IAS 23 (*Borrowing Costs*). Os custos de empréstimos já estavam sendo capitalizados conforme Deliberação CVM 193/96 tendo em vista que são diretamente atribuíveis à construção do ativo.

g. Intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, e são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização. O ágio por expectativa de rentabilidade futura não é amortizado e tem o seu valor recuperável testado anualmente e encontra-se registrado como intangível nas demonstrações financeiras consolidadas e em investimentos na demonstração financeira individual da controladora.

h. Diferido

A Companhia manteve o saldo do ativo diferido de 31 de dezembro de 2008 no individual e através de teste de redução ao valor recuperável de ativos impairment, efetuou a baixa do valor total em 31 de dezembro de 2010.

i. Redução ao valor recuperável - impairment

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia e suas controladas sobre condições de que a Companhia e suas controladas não considerariam em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009.



(iii) Ativos não-financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o IFRS 8 e o CPC 22.

Os ativos corporativos da Companhia e suas controladas não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável, então o valor recuperável é alocado para a UGC ou grupo de UGC à qual o ativo corporativo pertence numa base razoável e consistente.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houve perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2010. Em 31 de dezembro de 2009, a Administração identificou evidência da redução do valor recuperável na controlada Termopantanal Ltda., e registrou a respectiva provisão para perda ("impairment"), conforme Nota Explicativa nº 14.

j. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a empresa possui uma obrigação presente legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que uma saída de recursos econômicos seja necessária para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

k. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, para as empresas optantes pelo lucro real, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos, passivos e o seu respectivo valor contábil.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado com exceção do imposto de renda diferido sobre os impactos de hedge accounting os quais se encontram no grupo de Ajuste de avaliação patrimonial, reconhecido diretamente no patrimônio líquido.

Os ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório.

As empresas optantes pelo lucro real no exercício findo de 31 de dezembro de 2010, não apuraram lucro tributável, com exceção da Comercializadora de Energia Ltda. e Amapari Energia S.A., cujos valores de IRPJ e CSLL foram de R\$50 e R\$230, respectivamente.

l. Pagamentos baseados em ações

Os efeitos do plano de remuneração baseado em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados conforme as condições contratuais sejam atendidas.

m. Demais passivos circulantes e não circulante

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

n. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e da média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados.

o. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos (primariamente a sede da Companhia), despesas da sede, das despesas e receitas financeiras e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

p. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

q. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, a saber:

- Limited exemption from Comparative IFRS 7 Disclosures for First-time Adopters;
- Improvements to IFRS 2010;
- IFRS 9 Financial Instruments;
- Prepayment of a minimum fund requirement (Amendment to IFRIC 14); e
- Amendments to IAS 32 Classification of rights issues.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

A Companhia está em processo de avaliação dos impactos destas novas normas em suas demonstrações financeiras.

6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o IFRS emitidas pelo IASB e também de acordo com BR GAAP, e incluem as demonstrações financeiras da controladora e suas controladas.

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre MPX Energia S.A. e suas controladas, controladas em conjunto e entre elas;
- Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e lucros (prejuízos) acumulados das empresas controladas;
- A participação dos acionistas não controladores, que representa a parcela do resultado do exercício e patrimônio líquido que não são detidos pela Companhia, é apresentada separadamente da demonstração do resultado consolidada e dentro do grupo de patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado, em separado do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora (referente participação de 49% das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte na Amapari Energia S.A.);
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre a MPX Energia S.A. e suas controladas, controladas em conjunto e entre elas. Esses saldos são eliminados na medida da participação da controladora nas controladas contra os respectivos investimentos.

O investimento na controlada em conjunto Porto do Pecém Geração de Energia S.A. é avaliado por equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da controladora, e consolidadas proporcionalmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Ademais, conforme Instrução CVM nº 409/08, as demonstrações financeiras consolidadas incluem saldos e transações do fundo de investimento exclusivo "FI Multimercado Crédito Privado MPX 63", administrado pelo Itaú S.A., conforme Nota Explicativa nº 7.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Caixa e bancos	152	272	123	13.323	386.333	10.885
Fundo de Investimento Multimercado MPX 63	(a) 195.318	817.559	1.639.464	208.848	859.593	1.843.719
Bradesco Corporate FIC FI Referenciado DI Federal	(b) -	-	-	67.484	255.627	-
CDB	(c) -	-	-	13.392	39.500	-
Outras aplicações em renda fixa	(d) 142	5	1.214	1.420	2.493	4.188
	<u>195.612</u>	<u>817.836</u>	<u>1.640.801</u>	<u>304.467</u>	<u>1.543.546</u>	<u>1.858.792</u>

(a) Referem-se substancialmente a cotas de fundos de investimento com alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, independentemente do vencimento dos ativos e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Trata-se de fundos de investimentos em Cotas de FI Multimercado Crédito Privado MPX 63 administrado pelo Banco Itaú e lastreado em títulos públicos federais e títulos privados (Debêntures e Cédulas de Créditos Bancários - "CDB") emitidos por empresas e instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média no ano sobre o DI CETIP ("CDI") de 100,4% (marcação a mercado) e 100,8% (taxa nominal na curva). As debêntures representam operações compromissadas, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável, com garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras.

Conforme determinação da Instrução CVM nº 408/05, as demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos e as transações de fundos de investimentos exclusivos, cujos quotistas são a Companhia e suas controladas, conforme demonstrado abaixo:

Fundo Multimercado Consolidado	Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
MPX Energia S.A.	195.318	817.559	1.639.464
UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A.	-	19.447	118.703
UTE Porto do Açu Energia S.A.	4	12.371	67.711
MPX Pecém Geração de Energia S.A.	-	-	3.360
MPX Pecém II Geração de Energia S.A.	6.764	3.306	487
MPX Comercializadora de Energia Ltda.	3.260	6.240	10.648
Amapari Energia S.A.	468	296	2.024
UTE MPX Sul Energia Ltda.	368	374	1.322
UTE Parnaíba Geração de Energia S.A.	2.490	-	-
MPX Tauá Energia Solar Ltda.	176	-	-
	<u>208.848</u>	<u>859.593</u>	<u>1.843.719</u>

(b) O Fundo Bradesco Corporate FIC FI Referenciado DI Federal, é lastreado em títulos públicos do tesouro nacional, LFT; LFT-O e LTN-O com liquidez diária. O fundo obteve uma rentabilidade média em 31 de dezembro de 2010, equivalente a 98,50% do DI CETIP ("CDI"). As empresas que tem cotas deste fundo são a controladora MPX Energia S.A. e a controlada Porto do Pecém Geração de Energia S.A.

(c) Representam valores investidos em CDBs emitidos por instituições financeiras de primeira linha e remuneradas com taxas médias de 100% CDI.

(d) Representam, basicamente, valores investidos em Fundo de Investimento pela MPX Chile com rentabilidade média no ano de 0,63% a.a. nominal.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1 de janeiro de 2009, o Fundo de Investimento Multimercado em Cotas de Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado MPX 63 encontra-se representado pela carteira apresentada abaixo:

Tipo	Emitente	Controladora			Consolidado		
		31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
CDB Pós	Itaú	-	85.334	-	-	89.721	-
CDB Pós	Itaú	-	18.007	-	-	18.933	-
CDB Pós	CEF	-	39.983	-	-	42.039	-
CDB Pós	BNP	-	29.974	-	-	31.515	-
CDB Pós	Fibra	-	19.825	-	-	20.844	-
CDB Pós	Fibra	-	13.477	-	-	14.170	-
CDB Pós	Pactual	-	49.498	-	-	52.043	-
CDB Pós	Pactual	-	49.145	-	-	51.672	-
CDB Pós	Pactual	-	87.513	-	-	92.013	-
CDB Pós	Unibanco	-	-	254.838	-	-	286.587
CDB Pós	Itaú	-	-	229.161	-	-	257.712
CDB Pós	Santander	-	-	366.828	-	-	412.530
Debêntures	Votorantim	-	163.772	-	-	172.192	-
Debêntures	SAFRA	-	42.763	-	-	44.962	-
Debêntures	Itaú	-	42.753	-	-	44.951	-
Debêntures	Itaú	-	4.189	-	-	4.405	-
Debêntures	Bradesco	-	34.956	-	-	36.754	-
Debêntures	Itaú	-	-	23.951	-	-	26.935
Debêntures	Votorantim	-	50.450	366.846	-	53.044	412.551
Debêntures	Bradesco	-	59.599	375.793	-	62.664	422.611
Debêntures	Bradesco	-	21.126	17.799	-	22.212	20.017
LTN	Tesouro	-	5.239	4.258	-	5.509	4.788
Debêntures	Bradesco	11.424	-	-	12.216	-	-
Debêntures	Bradesco	46.894	-	-	50.142	-	-
Debêntures	Bradesco	28.136	-	-	30.085	-	-
Debêntures	Itaú	93.787	-	-	100.284	-	-
NTN OVER	Tesouro	1.306	-	-	1.396	-	-
Corp Ref							
DI FI	Itaú	13.774	-	-	14.728	-	-
DI	Pactual	-	-	48	-	-	53
Tesouraria	Tesouro	5	5	9	5	2	11
Excessos do fundo	(8)	(49)	(67)	(8)	(52)	(76)	
	<u>195.318</u>	<u>817.559</u>	<u>1.639.464</u>	<u>208.848</u>	<u>859.593</u>	<u>1.843.719</u>	

Os fundos exclusivos são regularmente revisados e auditados por auditores independentes e estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes, bem como ativos da Companhia para garantir essas obrigações.

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

LFT Geral	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
	4.909	-	-	175.091	-	-

Os títulos e valores mobiliários incluem as operações relacionadas à aquisição de títulos públicos federais (LFTs) com vencimentos superiores a 90 dias e estão apresentados no ativo circulante considerando a expectativa de realização no curto prazo.

9. DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
BNDES - Porto do Pecém	(a) 237.100	-	-	237.100	-	-
BNDES - Porto do Pecém	(b) 7.974	-	-	7.974	-	-
BNDES - UTE Porto do Itaqui	(c) -	-	-	9.170	-	-
BNDES - UTE Porto do Itaqui	(d) 4.187	95.187	-	4.187	95.187	-
BNDES - Pecém II	(e) 113.478	-	-	113.478	-	-
BNDES - Pecém II	(f) 2.769	-	-	2.769	-	-
	<u>365.508</u>	<u>95.187</u>	<u>-</u>	<u>374.678</u>	<u>95.187</u>	<u>-</u>

(a) Depósito vinculado às obrigações assumidas no contrato de financiamento entre o BNDES e a controlada Porto do Pecém Geração de Energia S.A. para manutenção da relação entre capital próprio e dívida pré-estabelecida em contrato. Refere-se à parte da MPX Energia S.A. no Fundo Bradesco Corporate FIC FI Referenciado DI Federal.

(b) Juros oriundos da aplicação mencionada no item (a) acima.

(c) Refere-se à conta reserva de serviço da dívida, vinculada ao contrato de financiamento entre o BNB-Banco do Nordeste do Brasil S.A. e a controlada UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A. O valor do depósito em questão corresponde a três prestações de amortização do financiamento concedido e será mantido como garantia da dívida por toda a vigência do referido contrato. Aplicações de R\$4.714 em CDB no BNB e de R\$4.456 em LFT sob custódia do BNB.

(d) Refere-se em 2009 ao principal e em 2010 aos juros oriundos da aplicação para cumprimento das obrigações assumidas no contrato de financiamento entre BNDES e a controlada UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A., referente à parcela de contrapartida da interveniente (Porto do Itaqui), mantendo a relação de capital próprio pré-estabelecida em contrato. Aplicação em CDB no BNB. O saldo foi reclassificado do grupo de caixa e equivalentes de caixa para depósito vinculado em 31 de dezembro de 2009 para uma melhor apresentação, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 4.

(e) Depósito vinculado às obrigações assumidas no contrato de financiamento entre o BNB-Banco do Nordeste do Brasil S.A. e a controlada MPX Pecém II S.A., para manutenção da relação entre capital próprio e dívida pré-estabelecida em contrato. Aplicação em LFT.

(f) Juros provenientes da aplicação referente ao depósito vinculado mencionado no item acima.

10. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E SUBSÍDIOS A RECEBER - CONTA CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS - CCC

O contas a receber corresponde à venda de energia pela controlada Amapari Energia S.A. à Anglo Ferrous Amapá Ltda., no exercício de 2010 no montante de R\$3.433 (R\$3.779 em 31 de dezembro de 2009 e R\$6.065 em 1 de janeiro de 2009), bem como à venda de energia pela MPX Comercializadora de Energia Ltda. no montante de R\$6.413 (R\$2.516 em 31 de dezembro de 2009 e R\$2.511 em 1 de janeiro de 2009).

A controlada Amapari Energia S.A. obteve, em 19 de maio de 2009, decisão judicial que obriga a ANEEL a enquadrar a UTE Serra do Navio no mecanismo de ressarcimento de parte dos seus custos com combustíveis, utilizados como insumos na geração e venda de energia elétrica, através da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC. Até 31 de dezembro de 2010, o saldo em aberto é de R\$28.807 (R\$30.062 em 31 de dezembro de 2009 e R\$5.878 em 1 de janeiro de 2009).

No 3º trimestre de 2009, foi reclassificada para o ativo não circulante a parcela do contas a receber de CCC que se refere ao período de novembro de 2008 a maio de 2009, no valor de R\$24.617. A controlada Amapari Energia S.A. segue perseguindo judicialmente o valor da CCC referente ao período de 11 de novembro de 2008 (data de início de operação comercial) a maio de 2009. A Administração não espera perdas no saldo a receber. Não obstante, de acordo com o contrato de fornecimento de energia celebrado entre a controlada Amapari Energia S.A. e a Anglo Ferrous Amapá Ltda., sua cliente, caso, por motivos não imputáveis à controlada Amapari Energia S.A., esta deixe de receber a subvenção da CCC mencionada acima, as partes deverão adequar as condições contratuais para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

A partir de junho de 2010, o mecanismo de ressarcimento de parte de seus custos com combustíveis utilizados como insumo na geração e venda de energia elétrica através da Conta Consumo de Combustíveis - CCC foi alterado e está sendo repassado diretamente pela Eletronordesta à BR Distribuidora, onde amortiza parte do pagamento do combustível fornecido à Amapari Energia S.A.

11. DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Seguro garantia - ANEEL	(a) -	-	-	3.942	5.978	6.218
Opção de aluguel de área	(b) -	-	-	2.837	3.134	3.425
Custo de captação de empréstimos	(c) -	-	-	1.568	170	3.028
Seguros	188	231	-	4.405	-	-
	<u>188</u>	<u>231</u>	<u>-</u>	<u>12.753</u>	<u>9.282</u>	<u>12.671</u>



Em 6 de novembro de 2008, a MPX Pecém II Geração de Energia S.A. assinou com a Mabe Construção e Administração de Projetos Ltda. ("Mabe") um contrato de engenharia, construção e montagem (*Engineering, Procurement and Construction - EPC*) na modalidade "empreitada global" (*lump sum turn key*) no montante de R\$ 1.071.200. As obras iniciaram em julho de 2008 com previsão para conclusão em 2011 e entrada em operação em 2012. A companhia possui capacidade instalada de geração de 360MW.

Em 31 de dezembro de 2010 o capital social da empresa corresponde a R\$ 258.701.

(c) UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A.

Possui autorização para a construção e operação de uma usina termelétrica a carvão mineral, a ser instalada no Módulo G do Distrito Industrial - DISAL do Porto de Itaqui, localizado no Estado do Maranhão, com capacidade instalada de geração de 360 MW. A presente autorização vigorará pelo prazo de 35 (trinta e cinco) anos, conforme Portaria nº 177, de 12 de maio de 2008, do Ministério de Minas e Energia.

Em 27 de janeiro de 2008, a controlada assinou com a Mabe Construção e Administração de Projetos Ltda. ("Mabe") um contrato de engenharia, construção e montagem (*Engineering, Procurement and Construction - EPC*) na modalidade de empreitada global (*lump sum turn key*) no montante de R\$ 1.007.768. As obras se iniciaram em fevereiro de 2009 com previsão para conclusão em 2011.

Em 14 de outubro de 2008, a MPX Energia S.A. adquiriu da EDP Energias do Brasil S.A. 100% das quotas do capital social da UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A. em transação que envolveu a permuta de 50% das ações da Porto do Pecém Geração de Energia S.A. pelas referidas quotas e o consequente registro de um ágio pela MPX Energia S.A. no montante de R\$ 15.470 que está sendo apresentado no grupo de investimentos nas demonstrações financeiras individuais da controladora e no grupo do intangível para as demonstrações financeiras consolidadas. Tal ágio está baseado na expectativa da rentabilidade futura e não vem sofrendo amortização.

Em 31 de dezembro de 2010, a MPX Energia S.A. detém 100% de participação do capital social, cujo saldo corresponde a R\$ 479.000.

(d) Amapari Energia S.A.

Constituída em 12 de abril de 2007 em uma parceria entre MPX Energia S.A. e a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, com participações de 51% e 49%, respectivamente. Refere-se a uma usina termelétrica a óleo diesel no Município de Serra do Navio, Estado do Amapá. Por meio da Resolução Autorizativa nº 1.369, de 20 de maio de 2008, a ANEEL concedeu autorização para a Amapari Energia S.A. estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica ("PIE"), com capacidade instalada inicial de 23MW pelo prazo de 29 anos. Tal capacidade foi revisada passando para 21,6 MW, conforme Despacho ANEEL nº 3.751, de 14 de outubro de 2008.

Em 10 de junho de 2008, foi autorizado, por meio do Despacho nº 2.197, de 09 de junho de 2008 da Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração ("SFG"), o início da geração de energia em base de teste. Através do Despacho nº 4.143, de 07 de novembro de 2008, foi autorizada a iniciar suas operações comerciais.

Em 31 de dezembro de 2010, o capital social da Amapari Energia S.A. corresponde a R\$ 84.761.

(e) UTE Porto do Açú Energia S.A.

Constituída em 17 de setembro de 2007, a controlada obteve licença ambiental para instalação de uma usina termelétrica de 2.100MW a carvão no Município de São João da Barra, no Estado do Rio de Janeiro em 30 de julho de 2008.

Em 14 de outubro de 2009, o Instituto Estadual do Ambiente (INE) autorizou a implantação da unidade de produção de energia elétrica através da LI nº IN000882.

Em 31 de dezembro de 2010, a MPX Energia S.A. detém 100% de participação no capital social cujo saldo corresponde a R\$ 51.119.

(f) Seival Sul Mineração Ltda.

Constituída em 21 de maio de 2001, a controlada celebrou contrato de arrendamento com a Companhia Nacional de Mineração Candiota, para fins de exploração de mina de carvão mineral no Município de Candiota, no Estado do Rio Grande do Sul. A produção será destinada, prioritariamente, para a UTE MPX Sul Energia Ltda.

O direito à exploração foi concedido pelo Departamento Nacional de Produção Mineral ("DNPM"), através das Portarias de Lavra nº 119, 121 e 122, de 27 de janeiro de 1984, nº 407, de 14 de março de 1985. Em junho de 2007, MPX Energia S.A. adquiriu da MDU Brasil Ltda. 25.708 quotas do capital social, passando a deter 70% de participação. Os 30% restantes pertencem a CCP Participações Ltda.

Em 22 de dezembro de 2009, a Seiva Sul Mineração Ltda. recebeu um total de R\$ 1.735 de aportes em seu capital de seus acionistas MPX Energia S.A. e CCP Participações Ltda., na proporção de suas respectivas participações, de 70% e 30%, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2010 o capital social da Companhia corresponde a R\$ 6.158.

(g) UTE MPX Sul Energia Ltda.

Constituída em 24 de setembro de 2007, sob a denominação de MPX Seival II Energia Ltda., tendo a MPX Energia S.A. o controle com 99,90%. Será uma usina termelétrica a carvão no Município de Candiota, Estado do Rio Grande do Sul, com capacidade estimada de geração de 600MW. Em 14 de agosto de 2008, sua razão social foi alterada para a atual denominação.

Em 11 de novembro de 2009, foi concedido pelo IBAMA a Licença Prévia nº 332/2009, onde atesta a viabilidade ambiental do projeto que prevê a implantação de uma usina termelétrica a carvão mineral de até 600 MW. O Suprimento de carvão mineral para MPX Sul virá da mina de Seival, na qual a MPX Energia S.A. detém participação de 70%.

Em 31 de dezembro de 2010, a MPX Energia S.A. detém 99,9% de participação do capital social, cujo saldo corresponde a R\$ 19.291.

(h) MPX Comercializadora de Energia Ltda.

Constituída em 17 de setembro de 2007 para comercialização, importação e exportação de energia elétrica. Em 25 de fevereiro de 2008, a MPX Comercializadora de Energia Ltda. foi autorizada pela ANEEL a atuar como agente comercializadora de energia elétrica no âmbito da CCEE por meio do Despacho nº 747/08. O processo de adesão à CCEE encontra-se finalizado.

Em 31 de dezembro de 2010, a MPX Energia S.A. detém 99,9% de participação do capital social, cujo saldo corresponde a R\$ 10.519.

(i) MPX Chile Holding Ltda. - (anteriormente denominada MPX Energia de Chile Ltda.)

No decorrer do 2º trimestre de 2010 ocorreu a reestruturação societária da MPX Energia de Chile Ltda., através de uma cisão parcial, onde os ativos e passivos relativos à usina termelétrica a carvão ("Central Termelétrica Castilla") permaneceram em poder da sociedade já existente e os demais foram transferidos para uma nova sociedade denominada MPX Chile Holding Ltda.

Como parte da reestruturação citada acima a MPX Energia de Chile Ltda. teve sua denominação alterada para CGX Castilla Generación S.A.

Adicionalmente a nova sociedade, MPX Chile Holding Ltda., foi constituída com capital social de R\$ 15.405, integralizados pelas acionistas MPX Energia S.A. e MPX Áustria GmbH através da cessão das quotas representativas do capital social da CGX Castilla Generación S.A.

O principal projeto em desenvolvimento pela entidade continua a ser a usina termelétrica a carvão a ser instalada nas proximidades da cidade de Copiapó, na III Região do Chile, no Deserto do Atacama, com capacidade total de geração prevista no plano de negócios de até 2.100MW.

No exercício de 2010 a Companhia recebeu um total de aporte de R\$ 9.834 (correspondente a US\$ 5.609 mil).

Em 31 de dezembro de 2010, a MPX Energia S.A. e a MPX Áustria GmbH possuem 99,73% e 0,27% de participação no capital social, respectivamente.

(j) MPX Áustria GmbH, MPX Viena GmbH e MPX Colômbia S.A.

Em 14 de abril de 2008, a MPX Colômbia S.A., com sede na capital Bogotá, foi constituída com capital social de R\$ 5 (\$ 5.130 mil pesos colombianos), tendo como principais atividades: sondagem, exploração, transporte e comercialização de carvão.

Em 26 de maio de 2008, a MPX Energia S.A. passou a ter participação de 100% na MPX Áustria GmbH, com sede em Viena na Áustria com capital social de R\$ 91 (EUR 35). Adicionalmente, passou a deter controle indireto na MPX Viena GmbH, também com sede em Viena e com capital social de R\$ 91 (EUR 35). MPX Áustria GmbH detém 100% de participação nesta última e tem como principal atividade a aquisição de participação em investimentos na Áustria e no exterior em linha com a exploração e comercialização de carvão.

Em 31 de dezembro de 2010, MPX Colômbia S.A. tem os seguintes acionistas:

Acionistas	
MPX Áustria GmbH	89,00%
MPX Viena GmbH	10,00%
Outros	1,00%
Total	100,00%

No exercício de 2010, a MPX Áustria GmbH aumentou o capital social na MPX Colômbia S.A. e na MPX Viena GmbH nos montantes de R\$ 33.180 (correspondente a US\$ 19.928 mil) e R\$ 3.686 (correspondente a US\$ 2.214 mil), respectivamente.

(k) MPX Solar Empreendimentos Ltda.

Constituída em 7 de maio de 2010, com sede na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, tem como principais atividades a geração e a comercialização de energia, bem como a participação no capital de outras sociedades.

A sociedade foi constituída com capital social de R\$ 351, integralizados pela MPX Energia S.A., mediante a cessão das quotas representativas do capital social da MPX Tauá Energia Solar Ltda., de modo a consolidar as atividades intrínsecas ao projeto de desenvolvimento da matriz energética solar.

Em 31 de dezembro de 2010, a MPX Energia S.A. detém 99,9% de participação do capital social, cujo saldo corresponde a R\$ 796.

(l) Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.

Constituída em 08 de outubro de 2008 para o transporte de minérios através da operação de um sistema de descarregamento constituído de correias transportadoras, encontra-se instalada no Complexo Industrial e Portuário do Pecém ("CIPP"), no Estado do Ceará.

Em 31 de dezembro de 2010, a MPX Energia S.A. detém 99,9% de participação do capital social.

(m) MPX Comercializadora de Combustíveis Ltda.

Constituída em 23 de setembro de 2008 no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro para a comercialização, importação e exportação de carvão de todos os tipos e subprodutos e demais tipos de combustíveis, bem como a prestação de serviços de corretagem.

Em 31 de dezembro de 2010, a MPX Energia S.A. detém 99,9% de participação do capital social, cujo saldo corresponde a R\$ 8.406.

(n) Termopantanal Participações Ltda. e Termopantanal Ltda.

Constituída em 10 de setembro de 2003, a Termopantanal Ltda., em sociedade com a Companhia boliviana Cooperativa Rural de Eletrificação ("CRE"), tem como objeto a construção de gasoduto de 33 km, de extensão, com um prazo de concessão de 30 anos, a partir do Município de Corumbá, no Estado do Mato Grosso do Sul, com ponto de interligação ao gasoduto Brasil-Bolívia na cidade boliviana de Puerto Suarez.

A MPX Energia S.A. decidiu não realizar novos investimentos neste projeto, devendo-se priorizar os recursos e esforços nos demais projetos do plano de negócios e resolveu registrar uma provisão para perda sobre o valor total do investimento correspondente a sua participação de 66,67% na Termopantanal Participações Ltda.

Em 31 de dezembro de 2010, não existem contratos firmes (ou termos de compromisso) formalizados para aquisição de gás pela UTE Termopantanal.

(o) OGX Maranhão Petróleo e Gás Ltda.

A ANP aprovou, em abril de 2010, a transferência da participação de 70% dos direitos e obrigações referentes a sete blocos, detida pela OGX para a OGX Maranhão Petróleo e Gás Ltda. ("OGX Maranhão").

A sociedade tem por objeto, mediante autorização ou cessão da União, a pesquisa, a lavra, o refino, o comércio e o transporte de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, apoio marítimo e apoio portuário para auxílio à exploração e produção de petróleo e gás, bem como quaisquer outras atividades correlatas ou afins.

Em 31 de dezembro de 2010, a MPX Energia S.A. detém 33,33% de participação do capital social e não consolida essa empresa por tratar-se de uma coligada, que é controlada pela OGX Petróleo e Gás S.A.

(p) UTE Parnaíba Geração de Energia S.A.

Constituída em 23 de dezembro de 2009, a UTE Parnaíba Geração de Energia S.A. com sede na cidade de São Luis, Estado do Maranhão tem por objeto social o desenvolvimento, construção e operação de projetos de unidades de geração térmica a partir do gás natural.

Em 31 de dezembro de 2010, a MPX Energia S.A. detém 70,00% de participação do capital social, sendo os demais 30,00% detidos pela Petra Energia S.A. O saldo do capital social é de R\$ 9.364.

(q) Nova-Sistemas Energia Ltda.

Em 20 de julho de 2010 a MPX Energia S.A. adquiriu a participação societária de 99,99% na sociedade Nova - Sistemas de Energia Ltda. pelo montante de R\$ 2.425, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 15. A sociedade terá por objeto a prestação de serviço de desenvolvimento e de implementação de sistemas de geração de energia elétrica renovável.

14. IMOBILIZADO

a. Composição dos saldos

	Taxa de depreciação % a.a.	31/12/2010						
		Controladora			Consolidado			
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido	
Terrenos	-	-	-	-	2.640	-	2.640	
Móveis e utensílios	10	1.885	(668)	1.217	3.011	(790)	2.221	
Máquinas e equipamentos	(i)	3/5/10	1.122	(21)	1.101	78.821	(7.691)	71.131
Equipamentos de informática		20	1.729	(686)	1.042	2.689	(906)	1.783
Veículos		20	-	-	719	(203)	516	
Benfeitorias em bens de terceiros		10	1.168	(113)	1.055	7.888	(354)	7.534
Gasoduto	(ii)	-	-	-	-	12.169	-	12.169
Provisão para perda "Impairment"		-	-	-	-	(12.169)	-	(12.169)
Custo de desmantelamento	(iii)	-	-	-	-	(3.450)	-	(3.450)
Imobilizado em curso	(iv)	-	9.442	-	9.442	3.390.304	-	3.390.304
			15.346	(1.488)	13.857	3.482.622	(9.944)	3.472.679

	Taxa de depreciação % a.a.	31/12/2009								
		Controladora				Consolidado				
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido	
Móveis e utensílios	10	1.853	(458)	1.395	1.271	2.722	(515)	2.207	1.993	
Máquinas e equipamentos	(i)	3/5/10	344	(17)	327	-	77.388	(3.864)	73.524	71.657
Equipamentos de informática		20	1.271	(456)	815	800	1.696	(518)	1.178	912
Veículos		20	-	-	-	517	(70)	447	-	
Benfeitorias em bens de terceiros		10	1.167	(75)	1.092	1.150	7.130	(185)	6.945	1.907
Gasoduto	(ii)	-	-	-	-	-	12.169	-	12.169	12.169
Provisão para perda "Impairment"		-	-	-	-	(12.169)	-	(12.169)	-	
Custo de desmantelamento	(iii)	-	-	-	-	(3.282)	-	(3.282)	(3.011)	
Imobilizado em curso	(iv)	-	21.736	-	21.736	-	1.855.033	-	1.855.033	1.009.615
			26.371	(1.006)	25.365	3.221	1.941.204	(5.152)	1.936.052	1.089.242

(i) Máquinas e equipamentos

Refere-se, basicamente, à usina, linha e subestação da Amapari Energia S.A. que entrou em operação em novembro de 2008. A depreciação dos ativos está calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela Portaria nº 815, de 30 de novembro de 1994, da ANEEL, que leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens e seus valores residuais.

(ii) Gasoduto

Refere-se aos custos incorridos pela controlada Termopantanal Ltda. com a construção do gasoduto em consórcio com a MS-GÁS, cuja conclusão da obra ocorreu em dezembro de 2006. Conforme comentado na Nota Explicativa 13n, a MPX Energia S.A. contabilizou provisão para perda de investimento sobre a totalidade dos valores já investidos pertinentes à sua participação de 66,67% na Termopantanal Participações Ltda. Em 31 de dezembro de 2009, a controlada constituiu provisão para perda desse ativo ("impairment"), decorrente da falta de expectativa de recuperabilidade desse valor.

(iii) Custo de desmantelamento

Refere-se, basicamente, ao provisionamento dos gastos de retirada dos ativos no término do contrato de geração de energia da Porto do Pecém Geração de Energia S.A. e MPX Pecém II Geração de Energia S.A. A provisão é constituída inicialmente com o registro de um passivo de longo prazo com contrapartida no item do ativo correspondente. O passivo de longo prazo é atualizado financeiramente, e registrado contra o resultado do período, na despesa financeira.

Os valores estimados para a constituição da provisão respeitam o prazo do contrato de geração de energia e foram corrigidos considerando a expectativa de inflação de longo prazo (4,50% ao ano) e, posteriormente, descontados pela taxa de desconto livre de risco ajustada de 9,00%

(iv) Imobilizado em curso

Refere-se, basicamente, a gastos incorridos com adiantamentos realizados para reservas e aquisições de equipamentos para a construção das usinas termelétricas da Porto do Pecém Geração de Energia S.A., MPX Pecém II Geração de Energia S.A. e UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A., garantidos por fianças bancárias no montante de R\$ 324.240. Os saldos estão contabilizados no subgrupo "imobilizado em curso" e serão transferidos para "imobilizado em serviço" a partir da entrada em operação. Conforme comentado nas Notas Explicativas 13a, 13b e 13c, as referidas controladas assinaram com a MABE um contrato EPC na modalidade de empreitada global para construção das usinas. Conforme estabelecido nos respectivos contratos, sobre cada montante adiantado deverá ser retido o equivalente a 15% a título de garantia para entrega da usina, a ser desembolsado ao longo do exercício de 2011, caso a MABE apresente fianças bancárias, ressaltando que para essa parcela retida do adiantamento não há uma definição prévia quanto à sua aplicação na obra da usina. Em 31 de dezembro de 2010, o montante total das garantias retidas pelas controladas corresponde a R\$ 183.958 (R\$ 210.646 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 110.843 em 1 de janeiro de 2009) e encontra-se contabilizado no passivo circulante das respectivas controladas e apresentado nas informações trimestrais consolidadas na rubrica "Retenções contratuais".

O imobilizado em curso da MPX Energia S.A. refere-se, basicamente, a gastos incorridos com licenciamentos ambientais e estudos de projetos de desenvolvimento, como UTE Porto do Pecém I e II, UTE Porto do Itaqui, MPX Colômbia, MPX Tauá, UTE Porto do Açú, UTE MPX Sul entre outros e adiantamentos referentes à aquisição de equipamentos para a usina Porto do Pecém Geração de Energia S.A. Os saldos estão contabilizados no subgrupo "imobilizado em curso" e serão transferidos para "imobilizado em serviço" a partir da entrada em operação.

Os custos de mão de obra dos colaboradores diretamente alocados na construção das usinas de Porto do Pecém, Pecém II e Itaqui, cujo montante atualizado é de R\$ 8.734 estão sendo capitalizados.

b. Movimentação do custo

	Controladora				
	Movimentação				
	31/12/2009	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2010
Custo					Custo
1.554	299	-	-	-	1.853
Máquinas e equipamentos	-	378	-	(34)	344
Equipamentos de informática	1.044	250	(23)	-	1.271
Benfeitorias em bens de terceiros	1.192	111	-	(136)	1.167
Imobilizado em curso	-	21.566	-	170	21.736
	3.790	22.604	(23)	-	26.371

	Controladora				
	Movimentação				
	31/12/2009	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2010
Custo					Custo
1.853	28	-	4	-	1.885
Máquinas e equipamentos	344	1.066	-	(288)	1.122
Equipamentos de informática	1.271	585	(89)	(38)	1.729
Benfeitorias em bens de terceiros	1.167	-	-	(1)	1.168
Imobilizado em curso	21.736	14.912	(27.529)	323	9.442
	26.371	16.591	(27.616)	-	15.346

	Consolidado				
	Movimentação				
	1/1/2009	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2009
Custo					Custo
2.319	264	(2)	141	2.722	
Máquinas e equipamentos	72.236	5.118	-	34	77.388
Equipamentos de informática	1.174	544	(23)	1	1.696
Benfeitorias em bens de terceiros	1.953	5.041	-	136	7.130
Gasoduto	12.169	-	-	-	12.169
Veículos	-	517	-	-	517
Provisão para perda "Impairment"	-	-	(12.169)	-	(12.169)
Custo de desmantelamento	(3.011)	(271)	-	-	(3.282)
Imobilizado em curso	1.05				



15. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Em 20 de julho de 2010, a MPX Energia S.A. adquiriu participação societária de 99,99% na sociedade Nova - Sistemas de Energia Ltda. pelo montante de R\$ 2.425. A sociedade terá por objeto a prestação de serviço de desenvolvimento e de implementação de sistemas de geração de energia elétrica renovável.

Ágio

Não houve ágio reconhecido na aquisição conforme abaixo:

Valor justo atribuído ao negócio Nova-Sistemas de Energia Ltda.	2.425
(-) Valor justo dos ativos líquidos:	
Imobilizado	2.425
Patrimônio Líquido	2.425
(=) Goodwill da combinação de negócios	-

Com a aquisição desta sociedade a MPX Energia S.A. aumenta o seu plano de negócios em fontes de energia renováveis.

16. INTANGÍVEL

a. Composição dos saldos

	Taxa de amortização % a.a.	31/12/2010					
		Controladora			Consolidado		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Licenças de informática	20	1.198	(325)	873	2.517	(653)	1.864
Direitos minerários de carvão	(a)	-	-	-	42.785	-	42.784
Opções de direitos minerários	-	-	-	-	2.449	-	2.449
Estudos minerários	-	-	-	-	14.212	-	14.212
Ágio na aquisição de investimento	(b)	-	-	-	15.470	-	15.470
Direito de uso	(c)	-	-	-	11.744	-	11.744
		1.198	(325)	873	89.177	(653)	88.523

	Taxa de amortização % a.a.	31/12/2009							
		Controladora			Consolidado				
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido		
Licenças de informática	20	608	(143)	465	211	1.584	(282)	1.302	313
Direitos minerários de carvão	(a)	-	-	-	-	10.078	-	10.078	-
Opções de direitos minerários	-	-	-	-	-	4.393	-	4.393	5.329
Ágio na aquisição de investimento	(b)	-	-	-	-	15.470	-	15.470	15.470
Direito de uso	(c)	-	-	-	-	9.642	-	9.642	-
		608	(143)	465	211	41.16	(282)	40.885	21.112

b. Movimentação do custo

	Controladora				
	1/1/2009		Movimentação		31/12/2009
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Licenças de informática	271	337	-	-	608

	Controladora				
	31/12/2009		Movimentação		31/12/2010
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Licenças de informática	608	589	-	-	1.198

	Controladora				
	1/1/2009		Movimentação		31/12/2009
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Licenças de informática	313	1.211	-	-	1.584
Direitos minerários de carvão	-	10.078	-	-	10.078
Opções de direitos minerários	5.329	-	(936)	-	4.393
Ágio na aquisição de investimento	15.470	-	-	-	15.470
Direito de uso	-	9.642	-	-	9.642
	21.112	20.931	(936)	-	41.167

	Consolidado				
	31/12/2009		Movimentação		31/12/2010
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Licenças de informática	1.584	933	-	-	2.517
Direitos minerários de carvão	10.078	42.344	(7.562)	(2.075)	42.785
Opções de direitos minerários	-	3.825	(1.170)	(206)	2.449
Estudos minerários	-	11.931	-	2.281	14.212
Ágio na aquisição de investimento	15.470	-	-	-	15.470
Direito de uso	9.642	2.107	(5)	-	11.744
	36.774	61.140	(8.737)	-	89.177

a. Direitos minerários de carvão na Colúmbia:

As atividades de implantação dos projetos de mineração estão focadas, inicialmente, na operacionalização das minas a céu aberto em Cañaverales e Papayal. Com base na campanha exploratória, realizada até o final do primeiro trimestre de 2010, a MPX Colúmbia S.A. deu início ao Plano de Trabalho e Obras (PTO) das minas de Cañaverales e Papayal, o qual compreende todas as informações do projeto de mina, como planos de lavra, mapas, instalações, dimensionamento de frotas de equipamentos de mina, área total do projeto, dentre outros.

No segundo trimestre de 2010 a Companhia desenvolveu os estudos necessários para obtenção de licenciamento dos projetos minerários acima citados. Neste sentido, a MPX Colúmbia S.A. elaborou os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) para as minas de Cañaverales e Papayal, os quais foram protocolados no terceiro trimestre de 2010.

A MPX Colúmbia finalizou o cronograma de perfuração da mina subterrânea de San Juan em conjunto com a certificadora dos recursos, John T. Boyd. O mapeamento das perfurações está sendo feito com bases em sísmicas 2D realizadas.

Atualmente a MPX Colúmbia S.A. possui 38.630 ha em concessões na região de La Guajira.

Os direitos minerários serão amortizados com base no método das unidades produzidas.

b. Ágio na aquisição de investimento:

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 13c, em 14 de outubro de 2008, a MPX Energia S.A. adquiriu da EDP Energias do Brasil S.A. 100% das quotas do capital social da UTE Porto do Itaquí Geração de Energia S.A. em transação que envolveu a permuta de 50% das ações da Porto do Pecém Geração de Energia S.A. pelas referidas quotas e o consequente registro de um ágio pela MPX Energia S.A. no montante de R\$ 15.470 que está sendo apresentado no grupo de investimentos nas demonstrações financeiras individuais da controladora e no grupo do intangível para as demonstrações financeiras consolidadas. Tal ágio está baseado na expectativa da rentabilidade futura e não vem sofrendo amortização.

Análise do valor de recuperação dos ativos

A Companhia avaliou o valor de recuperação do ágio da UTE Porto do Itaquí Geração de Energia S.A. com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como em dados históricos.

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia que foram feitas até o término da autorização (exercício de 2041), entretanto sua realização ocorrerá dentro do prazo de cinco anos, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital. O valor recuperável sobre ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

Principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa descontados.

As principais premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável são a taxa de desconto dos fluxos de caixa, taxas de crescimento na perpetuidade e a margem bruta.

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2010 foram:

Margem bruta	62% (R\$ 18.080.581)
Taxa de crescimento	IPCA
Taxa de desconto	12% a.a.

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2009 foram:

Margem Bruta	62% (R18.008.118)
Taxa de crescimento	IPCA
Taxa de desconto	12% a.a.

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 1 de janeiro de 2009 foram:

Margem Bruta	61% (R\$ 17.639.396)
Taxa de crescimento	IPCA
Taxa de desconto	12% a.a.

A taxa de desconto é uma taxa após os impostos (post-tax rate) e foi estimada baseada na experiência da administração com os ativos desta UGC (unidade geradora de caixa), e na média ponderada do custo de capital da indústria em que essa UGC atua, o qual foi calculada com base em uma possível relação dívida/patrimônio líquido de 70/30 a uma taxa de juros de mercado de 5,06%.

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em 31 de dezembro de 2010, a composição dos empréstimos junto às instituições financeiras está demonstrada a seguir:

Moeda	Taxa de juros	31/12/2010						31/12/2009			1/1/2009				
		Vencimento	Taxa efetiva	Custo de transação	Custo a apropriar	Principal	Juros	Total	Custo de transação	Custo a apropriar	Principal	Juros	Total		
(a) US\$	4,95%a.a.	05/01/2010	-	-	-	-	-	-	-	121.844	33	121.917	163.590	1.754	165.344
US\$	5%a.a.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	47.974	1.205	49.179
(b) US\$	5,10%a.a.	05/01/2010	-	-	-	-	-	-	-	69.648	20	69.668	93.480	5.459	98.939
(c) US\$	5,10%a.a.	05/01/2010	-	-	-	-	-	-	-	87.060	25	87.085	116.850	6.610	123.460
US\$	4,50%a.a.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	116.850	3.190	120.040
R\$	111% CDI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	41.900	2.004	43.904
R\$	CDI+3s.s	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.000	-	12.000
US\$	LIBOR+3a.a.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	161.253	376	161.629
R\$	CDI+3a.a.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	84.000	988	94.988
US\$	LIBOR+3a.a.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23.370	54	23.424

Taxa de crescimento na perpetuidade

A taxa de crescimento esperado para o investimento se dá através da reposição inflacionária permitida em contrato, visto que, as quantidades de energia a ser vendida já estão definidas por um período de 15 anos, sendo o preço de venda desta energia corrigida pelo IPCA. A companhia atuara na gestão eficiente dos custos de O&M e consumo de combustível, bem como controle efetivo dos custos fixos, para poder maximizar seus ganhos no período de operação.

c. Direito de uso

Em 15 de junho de 2009, a controlada UTE Porto do Itaquí Geração de Energia S.A. firmou um termo de permissão de uso de passagem com a empresa Transnordestina Logística S.A., no montante de R\$ 6.000, referente à outorga de permissão de uso de faixa de domínio no trecho denominado Itaquí-Bacanga, na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, trecho este em que será instalada a linha de transmissão que conectará a usina à subestação da Eletronorte.

17. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2010, relativos a operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, são relativos a operações de transações da Companhia com suas controladas diretas e indiretas, empresas ligadas e profissionais-chaves da administração, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

Empresas ligadas

A Companhia possui como principais empresas ligadas: EBX Investimentos Ltda., OGX Petróleo e Gás Participações S.A., LLX Logística S.A., MMX Mineração e Metálicos S.A. e OSX Brasil S.A.

Em 31 de dezembro de 2010, os saldos de ativos, passivos e efeitos em resultado estão representados, respectivamente, da seguinte forma:

	Ativo					
	Controladora		Consolidado			
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Amapari Energia S.A. (a)	9.918	27.931	19.710	-	-	-
MPX Pecém II Geração de Energia S.A.(e)	256.864	-	-	-	-	-
UTE Porto do Açu Energia S.A.	-	277	-	-	-	-
UTE Porto do Itaquí Geração de Energia S.A.	-	299	-	-	-	-
Termopantanal Ltda. (b)	7.663	6.250	-	-	-	-
Termopantanal Participações Ltda. (b)	(7.453)	-	-	-	-	-
Termopantanal Participações Ltda. (b)	445	399	5.968	-	-	-
MPX Colúmbia S.A.	-	-	1.182	-	-	-
REX Investimentos S.A.	-	-	-	-	-	117
OMX Operações Marítimas Ltda.	-	-	-	-	-	1.395
MMX Chile S.A.(c)	-	-	-	3.263	-	72
Adiantamentos para Futuros Aumentos de Capital para controles (h)	10.270	148.170	65.792	-	-	-
Não circulante	277.707	183.326	92.652	3.263	1.584	-

	Passivo					
	Controladora		Consolidado			
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
EBX Investimentos Ltda. (c)	379	1.513	1.708	649	1.748	2.023
MMX Mineração e Metálicos S.A. (c)	-	187	49	-	187	49
UTE MPX Sul Energia Ltda.	-	1	1	-	-	-
MPX Comercializadora de Energia Ltda.	1	1	1	-	-	-
Amapari Energia S.A.	337	-	-	-	-	-
Petra Energia S.A. (f)	-	-	-	1.080	-	-
Copelmi Mineração Ltda. (g)	-	-	-	191	-	-
MPX Seival II Energia	1	-	-	-	-	-
EDP Energias do Brasil S.A.	-	-	-	-	-	31
	718	1.702	1.759	1.920	1.966	2.173
Circulante	716	1.700	1.757	649	1.966	2.173
Não circulante	2	2	2	1.271	-	-

	Resultado			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Amapari Energia S.A. (a)	2.229	2.779	-	-
UTE Porto do Açu Energia S.A.	-	277	-	-
UTE Porto do Itaquí Geração de Energia S.A.	-	299	-	-
MPX Pecém II Geração de Energia S.A. (e)	13.001	-	-	-
Termopantanal Ltda. (b)	699	512	-	-
Termopantanal Participações Ltda. (b)	40	36	-	-
LLX Açu Operações Portuárias S.A. (d)	-	-	(12.505)	-
EBX Operações Ltda. (c)	(13.139)	(10.691)	(15.368)	(12.721)
Total	(2.831)	(6.778)	(27.873)	(12.721)

(a) Contrato de mútuo celebrado com a MPX Energia S.A. (mutuante) sujeito a juros mensais de mercado (101% do CDI) e com prazo indeterminado de vencimento. Em 31 de dezembro de 2010, o efeito no resultado é de R\$ 2.229 (R\$ 2.779 em 31 de dezembro de 2009). Adicionalmente não decorreu do ano de 2010 a matrícula efetuada pagamentos no montante de R\$ 4.500

(b) Contrato de mútuo celebrado com a MPX Energia S.A. (mutuante) sujeito a juros mensais de mercado (101% do CDI) e com prazo indeterminado de vencimento. Em 31 de dezembro de 2010, o efeito no resultado é de R\$ 699 (R\$ 512 em 31 de dezembro de 2009). A MPX Energia S.A. constituiu provisão para perda de investimento em sua participação de 66,67% na Termopantanal Participações Ltda., conforme Nota Explicativa 13n.

(c) A Companhia e suas controladas mantêm também contratos de compartilhamento dos custos de atividades operacionais e financeiras firmados com as empresas EBX Investimentos Ltda., MMX Mineração e Metálicos S.A. e MMX Chile S.A., com cobranças mensais através de notas de negociação cujos pagamentos são realizados de acordo com a negociação entre as partes (vencimento médio de 30 a 60 dias). Em 31 de dezembro de 2010, o efeito no resultado é de R\$ 15.368 (R\$ 12.721 em 31 de dezembro de 2009)

(d) Contrato de locação de uma área de 224,38 hectares, localizada na área do Porto do Açu, entre LLX Açu Operações Portuárias S.A., figurando como locadora, e UTE Porto do Açu Energia S.A. como locatária. O valor original do contrato é de R\$ 0,34045 por m² por mês e data de vencimento de 35 anos (renováveis) da data de autorização a ser concedida à UTE ou sua controladora.

(e) Contrato de mútuo celebrado com a MPX Energia S.A. (mutuante) sujeito a juros mensais de mercado (104% do CDI) e com prazo determinado de vencimento em 31 de março de 2011. Em 31 de dezembro de 2010, o efeito no resultado é de R\$ 13.001.

(f) Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) na UTE Paranaíba Geração de Energia S.A. na qual a Petra Energia S.A. detém 30 % de participação do capital social.

(g) Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) na Seival Sul Mineração de Energia S.A. na qual a Copelmi Mineração Ltda. detém 30 % de participação do capital social.



Moeda	31/12/2010					31/12/2009					1/1/2009					
	Taxa de juros	Vencimento	Taxa efetiva	Custo de transação	Custo a apropriar	Principal	Juros	Total	Custo de transação	Custo a apropriar	Principal	Juros	Total	Principal	Juros	Total
(d) R\$	CDI+4,50%a.a.	26/04/2010	CDI+6,57%	-	-	-	-	-	6.714	1.825	305.000	6.980	310.155	-	-	-
(e) R\$	TJLP+2,78%	15/06/2026	TJLP+2,9%	10.387	10.342	564.442	14.239	568.339	13.199	13.199	315.479	142	302.422	-	-	-
(f) R\$	10%a.a.	15/12/2026	10,19%a.a.	3.445	3.338	187.204	708	184.574	3.355	3.355	99.021	52	95.718	-	-	-
(g) R\$	UMIPCA+4,8%	15/06/2026	UMIPCA+4,99%	961	957	52.248	3.164	54.455	-	-	-	-	-	-	-	-
(h) R\$	TJLP+4,8%	15/06/2026	TJLP+4,97%	2.576	2.488	139.994	4.333	141.839	-	-	-	-	-	-	-	-
(i) R\$	TJLP+2,77%	15/06/2026	TJLP+2,95%	8.420	7.294	581.081	2.105	575.892	8.420	8.294	355.104	1.329	348.139	-	-	-
(j) US\$	LIBOR+3,5%a.a.	15/05/2026	Libor+4,29%	7.790	7.024	116.413	587	109.976	6.952	6.884	101.908	513	95.537	-	-	-
(k) US\$	LIBOR+3,0%a.a.	15/05/2022	Libor+3,77%	7.693	6.963	142.504	627	136.168	6.670	6.605	124.785	550	118.730	-	-	-
(l) US\$	LIBOR+2,0%a.a.	01/07/2011	-	-	-	40.061	508	40.569	-	-	-	-	-	-	-	-
(m) R\$	TJLP+2,18%	15/06/2027	TJLP+2,31%	7.470	7.441	443.043	1.442	437.044	-	-	-	-	-	-	-	-
(n) R\$	UMIPCA+2,18%a.a.	15/06/2027	UMIPCA+2,31%	1.631	1.629	89.884	1.793	90.048	-	-	-	-	-	-	-	-
(o) R\$	CDI+3,50%a.a.	26/06/2011	-	-	-	249.699	1.378	251.077	-	-	-	-	-	-	-	-
				50.373	47.476	2.606.573	30.884	2.589.981	45.310	40.162	1.579.889	9.644	1.549.371	861.267	21.640	882.907

Os empréstimos e financiamentos mencionados acima estão avaliados ao custo amortizado, o qual se aproxima do valor de mercado

Controladora	31/12/2010				31/12/2009				01/01/2009			
	Principal	Custo a apropriar	Juros	Total	Principal	Custo a apropriar	Juros	Total	Principal	Custo a apropriar	Juros	Total
Circulante	249.699	-	1.378	251.077	-	-	-	-	-	-	-	-
Não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Consolidado	249.699	-	1.378	251.077	-	-	-	-	-	-	-	-
Circulante	289.760	201	5.250	294.809	583.592	(1.825)	1.063	589.889	861.267	-	21.640	882.907
Não circulante	2.316.814	47.275	25.634	2.295.172	996.297	(38.337)	8.581	959.482	-	-	-	-
	2.606.574	47.476	30.884	2.589.981	1.579.889	(40.162)	9.644	1.549.371	861.267	-	21.640	882.907

(a) Em 28 de março de 2008, a UTE Porto do Itaquí Geração de Energia S.A. obteve empréstimo para capital de giro, junto ao Banco Itaú em moeda estrangeira no montante de US\$ 70 milhões (equivalente a R\$ 121.884 em 31 de dezembro de 2009). Esse empréstimo foi liquidado, após o encerramento do ano de 2009, em 5 de janeiro de 2010, com a entrada de recursos de Longo Prazo (BNDES e BNB).

(b) Em 14 de março de 2008, a UTE Porto do Itaquí Geração de Energia S.A. obteve empréstimo, para capital de giro, junto ao Banco Votorantim em moeda estrangeira no montante de US\$ 40 milhões (equivalente a R\$ 69.648 em 31 de dezembro de 2009). Esse empréstimo foi liquidado, após o encerramento do ano de 2009, em 5 de janeiro de 2010, com a entrada de recursos de Longo Prazo (BNDES e BNB).

(c) Em 13 de março de 2008, a UTE Porto do Itaquí Geração de Energia S.A. obteve empréstimo, para capital de giro, junto ao Banco Votorantim em moeda estrangeira no montante de US\$ 50 milhões (equivalente a R\$ 87.060 em 31 de dezembro de 2009). Esse empréstimo foi liquidado, após o encerramento do ano de 2009, em 5 de janeiro de 2010, com a entrada de recursos de Longo Prazo (BNDES e BNB).

(d) Visando financiar parte da implementação do projeto UTE MPX Pecém II a controlada celebrou contratos relativos ao empréstimo-ponte (bridge loan) com um sindicato de bancos formado por Banco Citibank, como banco líder, e por Banco do Bradesco, Banco Itaú BBA, Banco Votorantim e Banco Santander Brasil. O empréstimo foi captado em moeda nacional no montante de R\$ 305 milhões, sobre o qual incidiram juros anuais equivalentes à variação do CDI + 4,50%. Esse empréstimo foi liquidado em 18 de outubro de 2010, com a entrada de recursos de longo prazo do BNDES.

(e) O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") liberou em 28 de junho de 2010 a segunda parcela no valor de R\$ 225 milhões que, somada à primeira, liberada em dezembro de 2009, totaliza R\$ 540 milhões do financiamento de longo prazo da UTE Porto do Itaquí Geração de Energia S.A. O custo anual contratado é de TJLP + 2,78%, sendo que parte da linha destinada a investimentos sociais (BNDES Social) no valor de R\$ 10 milhões possui custo somente de TJLP. O prazo total da linha "BNDES Social" é de 9 anos, sendo 6 anos de amortização e carência de pagamento até julho de 2012. O prazo do montante restante do financiamento é de 17 anos, sendo 14 anos de amortização e carência para pagamento de principal até julho de 2012. Durante a fase de construção os juros destes empréstimos serão capitalizados.

(f) Em complementação ao financiamento do BNDES, a UTE Porto do Itaquí Geração de Energia S.A. conta com um empréstimo do BNB-FNE, no montante total de R\$ 203 milhões (em R\$ nominais), dos quais foram desembolsados mais R\$ 63,2 milhões em 26 de maio de 2010 e 25 milhões em 28 de dezembro de 2010 que somada à primeira liberação, em dezembro de 2009, totaliza R\$ 187,2 milhões do total do financiamento. O empréstimo do BNB tem prazo total de 17 anos, sendo 14 anos de amortização e carência para pagamento de principal até julho de 2012, com um custo anual de 10%. O financiamento prevê um bônus de adimplência (15%), com uma redução do custo ao ano para 8,5%.

A UTE Porto do Itaquí Geração de Energia S.A. apresentou as seguintes garantias: bens vinculados a hipoteca, alienação fiduciária de máquinas e equipamentos, cessão fiduciária dos direitos de autorização, penhor das ações, cessão fiduciária dos direitos creditórios, cessão condicional de direitos e contratos e fundos de liquidez em conta reserva.

(g) Em 20 de maio de 2010, os bancos repassadores (Bradesco e Votorantim) desembolsaram um montante de R\$ 50 milhões a UTE Porto do Itaquí Geração de Energia S.A., referente à segunda liberação da linha BNDES Indireto. O empréstimo tem prazo total de 17 anos, sendo 14 anos de amortização, e carência para pagamento de juros e principal até julho de 2012. O custo anual contratado é de UMIPCA + 4,80% durante a fase de construção e de UMIPCA + 5,30% durante a fase de operação. Durante a fase de construção os juros destes empréstimos serão capitalizados.

(h) Em 5 de janeiro de 2010, os bancos repassadores (Bradesco e Votorantim) desembolsaram um montante de R\$ 130 milhões a UTE Porto do Itaquí Geração de Energia S.A., referente à linha BNDES Indireto. O empréstimo tem prazo total de 17 anos, sendo 14 anos de amortização, e carência para pagamento de juros e principal até julho de 2012. O custo anual contratado é de TJLP + 4,80% durante a fase de construção e de TJLP + 5,30% durante a fase de operação. Durante a fase de construção os juros destes empréstimos serão capitalizados.

(i) O BNDES liberou, em 14 de outubro de 2009, a primeira parcela no valor de R\$ 700 milhões do financiamento de longo prazo da Porto do Pecém Geração de Energia S.A. O contrato de financiamento com o BNDES prevê um empréstimo no valor total de R\$ 1,4 bilhão (em R\$ nominais, excluindo juros durante a construção), com prazo total de 17 anos, sendo 14 anos de amortização, e carência para pagamento de juros e principal até julho de 2012. O custo anual contratado é de TJLP + 2,77%. Durante a fase de construção os juros serão capitalizados. Os saldos de principal e juros demonstrados na tabela acima correspondem a 50% dos saldos originais, tendo em vista a eliminação dos 50% de participação da EDP Energias do Brasil S.A. Em adição à linha de financiamento em questão foram liberadas mais duas parcelas nos valores de R\$ 260 milhões e R\$ 120 milhões, sendo a segunda em 26 de julho de 2010 e a terceira em 20 de dezembro de 2010 respectivamente, seguindo as mesmas condições de pagamentos do primeiro desembolso.

(j) Em complementação ao empréstimo direto do BNDES, Porto do Pecém Geração de Energia S.A. conta com empréstimo direto do Banco Interamericano de Desenvolvimento ("BID"), ("A loan") no montante de US\$ 147 milhões, dos quais foram desembolsados US\$ 117 milhões em 30 de outubro de 2009 e US\$ 22,68 milhões em 2 de setembro de 2010 (equivalente a R\$ 232.826 em 31 de dezembro de 2010), ao custo anual de Libor + 3,5%. O "A Loan" tem prazo total de 17 anos, sendo 14 anos de amortização e carência para pagamento de principal até julho de 2012. Os saldos de principal e juros demonstrados na tabela acima correspondem a 50% dos saldos originais, tendo em vista a eliminação dos 50% de participação da EDP Energias do Brasil S.A.

(k) Em complementação ao empréstimo direto do BNDES, Porto do Pecém Geração de Energia S.A. conta com empréstimo indireto do Banco Interamericano de Desenvolvimento ("BID"), ("B loan") no montante de US\$ 180 milhões, dos quais foram desembolsados US\$ 143 milhões em 30 de outubro de 2009 e US\$ 27,72 milhões em 2 de setembro de 2010 (equivalente a R\$ 285.008 em 31 de dezembro de 2010), ao custo anual de Libor + 3,0%. Os bancos repassadores são Grupo Banco Comercial Português, Calyon e Caixa Geral de Depósito. O "B Loan" tem prazo total de 13 anos, sendo 10 anos de amortização e carência para pagamento de principal até julho de 2012. Os saldos de principal e juros demonstrados na tabela acima correspondem a 50% dos saldos originais, tendo em vista a eliminação dos 50% de participação da EDP Energias do Brasil S.A.

(l) Em 1º de julho de 2010 a MPX Colômbia S.A. celebrou contrato relativo a empréstimo em moeda estrangeira (offshore loan) com o Banco Santander Brasil, tendo como avalista a controladora. O empréstimo foi captado em dólar norte americano no montante de US\$ 24,5 milhões (equivalente a R\$ 40.822 em 31 de dezembro de 2010), sobre o qual incidem juros equivalentes à Libor + 2% a.a. Principal e juros serão pagos ao término do contrato em 1º de julho de 2011.

(m) A UTE MPX Pecém II recebeu em 15 de outubro de 2010 e 23 de dezembro de 2010 a liberação dos valores de R\$ 376 milhões e R\$ 62 milhões respectivamente, referentes ao subcrédito A de um contrato de financiamento de longo prazo com o BNDES que prevê um empréstimo no valor total de R\$ 737,39 milhões (em R\$ nominais, excluindo juros durante a construção). Este subcrédito tem prazo total de 17 anos, sendo 14 anos de amortização, e carência para pagamento de juros e principal até julho de 2013. O custo anual contratado é de TJLP + 2,18%.

(n) A UTE MPX Pecém II recebeu em 15 de outubro de 2010 a liberação de R\$ 88,1 milhões, referente aos subcréditos E, F, G e H do mesmo contrato de financiamento de longo prazo com o BNDES mencionado no item acima. Estes subcréditos têm prazo total de 17 anos, sendo 14 anos de amortização, e carência para pagamento de juros e principal até junho de 2014. O custo anual contratado é de UMIPCA + 2,18%.

(o) Em 21 de dezembro de 2010 a controladora MPX Energia S.A. captou R\$ 250 milhões, junto ao banco Itaú BBA S.A. através de um CCB (Cédula de Crédito Bancário), com vencimento em 20 de junho de 2011 corrigido anualmente a 100% do CDI mais juros de 3,5%.

A Porto do Pecém Geração de Energia S.A. celebrou Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos e Créditos onde cede e transfere de forma irrevogável, irratável e em caráter fiduciário ao BNDES e BID, na medida em que permitido na lei aplicável, a propriedade fiduciária e a posse indireta de:

(i) Todos os direitos e créditos da Devedora oriundos de cada instrumento, bem como quaisquer direitos de indenização decorrentes do término da Autorização para Geração e Comercialização;

(ii) A totalidade dos direitos e créditos de que os Acionistas sejam titulares com relação aos Contratos de Empréstimos Subordinados;

(iii) Os direitos da Devedora sobre todas as Propriedades Intelectuais necessárias para o Projeto, de que venha a ser, a qualquer tempo, titular;

(iv) Todos os instrumentos, certificados, cartas de crédito, cartas de fiança e documentos de cobrança que evidenciem, representem, assegurem ou, por qualquer forma, garantam o pagamento de quaisquer Direitos Creditórios, que deles decorram ou a eles sejam relativos, incluindo, sem qualquer limitação, notas promissórias, faturas, duplicatas, letras de câmbio, títulos de crédito e contratos de câmbio; e

(v) Todos os direitos e créditos, atuais e futuros, da Devedora e da MPX, em decorrência das Contas do Projeto, com exceção da Conta Local da Devedora, inclusive, sem limitação, todos os direitos de crédito da Devedora ou, conforme o caso, de MPX, em virtude dos valores depositados nas Contas do Projeto, bem como investimentos feitos com valores ali devidos e ganhos e rendimentos deles oriundos, e respectivos certificados e documentos representativos de tais investimentos.

Adicionalmente ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos e Créditos, a Companhia constituiu as seguintes garantias:

- I - Hipoteca;
- II - Penhor de Ações;
- III - Cessão Condicional de Direitos e Contratos;
- IV - Alienação Fiduciária de Ativos e Equipamentos; e
- V - Notas Promissórias.

Nos contratos de financiamento de longo prazo da UTE Porto do Itaquí, celebrados com os agentes financeiros, foram apresentadas as seguintes garantias:

- Bem vinculado em Hipoteca;
- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos;
- Cessão fiduciária dos direitos emergentes da autorização;
- Penhor de ações;
- Cessão fiduciária dos direitos creditórios;
- Cessão condicional de direitos e contratos; e
- Fiança corporativa.

No contrato de financiamento de longo prazo da UTE MPX Pecém II, celebrado com o BNDES, foram apresentadas as seguintes garantias:

- Bem vinculado em Hipoteca;

- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos;
- Cessão fiduciária dos direitos emergentes da autorização;
- Penhor de ações;
- Cessão fiduciária dos direitos creditórios; e
- Fiança bancária.

As garantias mencionadas acima, bem como qualquer valor recebido decorrente de indenizações securitárias serão compartilhadas entre os agentes financeiros (BNB, BNDES, Bradesco e Votorantim para a UTE Porto do Itaquí e BNB e BNDES para MPX Pecém II), na proporção da participação de cada um no total do financiamento à UTE, conforme Contrato de Compartilhamento de Garantias celebrado entre as partes.

Exceto pelos financiamentos do BNDES e do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, os empréstimos não possuem cláusulas restritivas ("covenants") e não incorrem em custos de transações significativos para efeitos do Pronunciamento Técnico CPC 08, aprovado pela Deliberação CVM nº 556/08.

• Covenants financeiros

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizados *covenants* financeiros em alguns dos contratos de dívida.

Os contratos de financiamentos relativos aos projetos Porto do Pecém, MPX Pecém II e UTE Porto do Itaquí possuem especificações de índices (índice de cobertura do serviço da dívida) mínimos que visam medir a capacidade de pagamento da despesa financeira em relação ao EBITDA.

Para os empréstimos que possuem *covenants*, não foram identificadas situações de descumprimento de tais cláusulas até 31 de dezembro de 2010.

• Covenants não financeiros

A Companhia e suas controladas são partes em alguns *covenants* não financeiros usualmente praticados no mercado. Dentre esses *covenants*, destacam-se:

- Obrigação de apresentar aos credores demonstrações financeiras periodicamente
- Direito dos credores de proceder a inspeções e visitas das suas instalações
- Obrigação de manter-se em dia em relação a obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas
- Obrigação de manter em vigor contratos materialmente relevantes para as suas operações
- Respeitar a legislação ambiental e manter em vigor as licenças necessárias para as suas operações
- Restrições contratuais quanto a operações com partes relacionadas e alienações de ativos fora do curso normal de negócios
- Restrições quanto a mudança de controle, reestruturações societárias e alteração material no objeto social e atos constitutivos dos devedores
- Limites de endividamento e contratação de novas dívidas

As parcelas classificadas no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2010 têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	Consolidado
2012	59.127
2013	129.923
2014	2.106.122
2014 até último vencimento	2.295.172

19. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	20.271	26.325	31	20.664	26.473
Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL	-	7.476	9.685	19	8.013	9.728
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	-	18	24	249	136	74
ICMS	20	15	-	184	330	48
PIS, COFINS, IRRF e CSL	6	45	325	532	539	793
Imposto sobre operações Financeiras - IOF	49	40	86	49	40	86
Outros	260	60	164	4.092	2.769	638
	335	27.925	36.609	5.156	32.491	37.840

Em 31 de dezembro de 2010, os tributos calculados sobre o lucro líquido ajustado compreenderam o IRPJ (aliquota de 15% e adicional de 10%) e a CSLL (aliquota de 9%). A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2010	31/12/2010
Prejuízo do exercício antes do IRPJ/CSLL (a)	-	(313.637)
Resultado das empresas no exterior (Austria e Chile)	-	(43.633)
Provisão para passivo a descoberto OGX Maranhão	-	20.635
Prejuízo do exercício antes do IRPJ/CSLL (a)	(263.275)	(249.369)
Ajuste RTT (b)	64.821	223.803
Prejuízo contábil ajustado pelos efeitos da Lei nº 11.941 de 2009	(198.454)	(25.566)
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ/CSLL à alíquota nominal	67.474	8.692
Provisão para Mútuo com a Termopotantal Ltda.	(2.534)	(2.534)
Resultado de equivalência patrimonial	(57.839)	-
Provisão para passivo descoberto	2.222	-
Doações	(173)	(173)
Provisão para liquidação de hedge	972	972
Imposto diferido MPX 2009 contabilizado em 2010	-	(3.097)
Ajuste RTT - IR Diferido	-	54.054
Doações Pecém I, Pecém II e Itaquí	-	(313)
Provisão para realização do IR/CSL diferido	-	(421)
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente	-	(280)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.122	58.303
Total do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	10.122	58.023
Alíquota efetiva	3,84%	18,50%

	Controladora	Consolidado
	31/12/2009	31/12/2009
Prejuízo do exercício antes do IRPJ/CSLL (a)	-	(267.683)
Resultado das empresas no exterior (Austria e Chile)	-	(36.980)
Resultado da Amapari pelo Lucro Presumido	-	(1.041)
Prejuízo do exercício antes do IRPJ/CSLL (a)	(194.619)	(229.662)
Ajuste RTT (b)	60.403	251.826
Prejuízo contábil ajustado pelos efeitos da Lei nº 11.941 de 2009	(134.216)	22.164
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ/CSLL à alíquota nominal	45.633	



úteis e determina-se o valor futuro desta ponta em reais. Com base no valor futuro, traz-se a valor presente pela curva de juros Brasil adicionado do mesmo spread utilizado na ida; e

• 2ª ponta: A partir do valor do derivativo em dólar aplica-se a taxa de juros (cupom) para obter o Valor Futuro. Com base neste valor, traz-se a valor presente pela Curva de Cupom Cambial. Ao final, esse valor é convertido para reais pela Ptax-800 de encerramento do mês.

O valor do MtM em reais será a diferença entre a 1ª e 2ª pontas.

A forma algébrica para o cálculo da marcação ao valor de mercado (MtM) para operações de Fixação de Preço (Trava) Local de carvão pode ser entendida da seguinte forma:

Com o objetivo de decompor os principais fatores de risco (moedas e carvão) que compõem esta operação local foi desenvolvido em conjunto com a *Maps Risk Solutions* uma curva *spot* de carvão de 10 anos que é baseada na seguinte metodologia:

• Para iniciar a curva, foi adotada a seguinte premissa para o cálculo do preço *spot* de carvão:

- A partir da primeira tela futura - primeiro mês - negociada no mercado *offshore*, aplica-se uma taxa de desconto (Libor) para obter o carvão *spot*, pois esta informação é restrita a compradores e vendedores do carvão físico (carvão para entrega).

- Na sequência deste cálculo e para estabelecer os vértices seguintes, calcula-se a relação entre o carvão *spot* e as telas futuras. A resultante deste cálculo será uma taxa *spot* que comporá a estrutura a termo da curva de carvão.

Existe uma relação entre as telas futuras e os seus respectivos vencimentos em algum momento do tempo e que através da metodologia de *Bootstrap* consegue-se a extrapolação exponencial destes vértices que montam a Curva *Spot* e que será baseada para a liquidação destas operações.

Por ser uma operação feita no Brasil existem dois descausamentos:

• Moedas, e esse risco foi reduzido por uma operação de NDF em que a Companhia ficou comprada em dólares norte americanos e vendida em reais no montante em toneladas equivalentes.

• Carvão: a fixação dos preços ocorreu por meio de um *Swap* em que a Companhia fixa os preços para as entregas e esses preços são marcados a mercado com a curva *Forward* mencionada acima.

Etapa inicial: Quantificação da exposição a ser coberta por um contrato de fixação de preço (trava) local de Carvão;

• 1ª ponta: Fixa-se o preço em toneladas/dólares norte americanos para as datas em que a Companhia receberá o material físico na planta; e

• 2ª ponta: Compara-se o preço fixado contra o preço de uma curva *spot* calculou para o período equivalente.

O valor do MtM em dólares será a diferença entre os preços fixados em dólares norte americanos multiplicados pela quantidade de toneladas fixadas. Ao final, multiplica-se o resultado pela Ptax BRL/US\$.

O resultante em reais será a soma do MtM das operações de carvão com o MtM dos NDFs (*Non Deliverable Forward*) sem entrega física.

Quadro 1 - Instrumentos financeiros derivativos: USD e SWAP LIBOR

	Vencimento	Valor de Referência (Notional US\$ 000)			Valor do MtM (BRL 000)			Efeito Acumulado Período Atual	
		31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009	Valor a Receber (BRL 000)	Valor a Pagar (BRL 000)
UTE PORTO DE ITAQUI									
Contratos de NDF (i)									
Posição Comprada									
USD/BRL	jan/11 a dez/11	5.311	184.190	271.858	(3.118)	(22.123)	90.995	-	(3.118)
Contratos de Swap Libor (ii)									
Posição Ativa									
Libor	out/17	228.652	228.652	228.652	377.161	386.393	503.150	377.161	-
Posição Passiva									
Pré-Fixada	out/17	228.652	228.652	228.652	(424.327)	(408.245)	(589.596)	-	(424.328)
PORTO DO PECEM									
Contratos de NDF (iii)									
Posição Comprada									
USD/BRL	jan/11 a out/12	172.833	189.740	203.368	(68.392)	(33.284)	68.178	-	(68.393)
Contratos de Swap Libor (ii)									
Posição Ativa									
Libor	out/17	163.500	163.500	167.091	269.693	276.288	367.684	269.693	-
Posição Passiva									
Pré-Fixada	out/17	163.500	163.500	167.091	(303.333)	(291.877)	(430.740)	-	(303.334)
Contratos de Swap IDC Libor (ii)									
Posição Ativa									
Libor	mai/11 a nov/11	326.077	624.644	-	(543.137)	7.692	-	543.137	-
Posição Passiva									
Pré-Fixada	mai/11 a nov/11	326.077	624.644	-	(546.978)	(11.404)	-	-	(546.978)
MPX ENERGIA									
Contratos de NDF (iii)									
Posição Comprada									
USD/BRL	-	-	-	240.304	-	-	80.229	-	-
UTE PORTO DO AÇU									
Contratos de Swap (iii)									
Posição Ativa									
Moeda Estrangeira - Dólar	-	-	-	25.000	-	-	44.130	-	-
Posição Passiva									
Moeda Estrangeira - Dólar	-	-	-	25.000	-	-	(60.599)	-	-
MPX PECEM II									
Contratos de NDF (iii)									
Posição Comprada									
USD/BRL	jan/11 a mai/12	38.807	106.399	-	(10.692)	(42.370)	-	-	(10.692)
Total Consolidado					(166.849)	(138.930)	73.431	1.189.991	(1.356.843)

(i) Os contratos de NDF (*Non Deliverable Forward*) foram firmados com as seguintes instituições financeiras: Banco Citibank S/A e Morgan Stanley.

(ii) Os contratos de Swap Libor foram firmados com a seguinte instituição financeira: Banco Citibank S/A.

(iii) Os contratos de NDF (*Non Deliverable Forward*) foram firmados com as seguintes instituições financeiras: Banco Citibank S/A e HSBC S.A.

Para os instrumentos financeiros derivativos vigentes não existe qualquer relação com Opções Cambiais e tampouco a exigência de margem de garantia prevista nos mesmos.

As operações são devidamente registradas na CETIP S/A e BM&FBOVESPA.

Quadro 2 - Instrumentos financeiros derivativos: Euro

	Vencimento	€			Valor de Referência (Notional US\$ 000)			Valor do MtM (BRL 000)			Efeito Acumulado Período Atual	
		31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009	Valor a Receber (BRL 000)	Valor a Pagar (BRL 000)			
UTE PORTO DE ITAQUI												
Contratos de NDF (i)												
Posição Comprada												
EUR/USD	jan/11 a dez/11	1.130	16.916	26.455	(19)	1.059	7.560	41	(59)			
PORTO DO PECEM												
Contratos de NDF (ii)												
Posição Comprada												
EUR/USD	jan/11 a jan/12	856	12.366	-	(131)	504	-	-	(131)			
Contratos de NDF (iii)												
Posição Comprada												
EUR/BRL	jan/11 a jan/12	333	4.809	-	(260)	(1.652)	-	-	(260)			
MPX ENERGIA												
Contratos de NDF (i)												
Posição Comprada												
EUR/USD	-	-	-	61.173	-	-	13.777	-	-			
MPX PECEM II												
Contratos de NDF (i)												
Posição Comprada												
EUR/USD	jan/11 a jan/12	20.299	25.174	-	(126)	6.711	-	206	(331)			
Total Consolidado		22.618	59.265	87.628	(536)	6.622	21.337	247	(781)			

(i) Os contratos de NDF (*Non Deliverable Forward*) foram firmados com as seguintes instituições financeiras: Banco Citibank S/A e Morgan Stanley.

(ii) Os contratos de NDF (*Non Deliverable Forward*) foram firmados com as seguintes instituições financeiras: Banco Citibank S/A e BTG Pactual.

(iii) Os contratos de NDF (*Non Deliverable Forward*) foram firmados com a seguinte instituição financeira: Banco BTG Pactual.

(iv) Os contratos de NDF (*Non Deliverable Forward*) foram firmados com as seguintes instituições financeiras: Banco Citibank S.A. e HSBC S.A.

Quadro 3 - Instrumentos financeiros derivativos: Carvão e USD

	Vencimento	Valor de Referência (Notional US\$ 000)			Valor do MtM (BRL 000)			Efeito Acumulado Período Atual	
		31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009	Valor a Receber (BRL 000)	Valor a Pagar (BRL 000)
MPX COMERCIALIZADORA DE COMBUSTÍVEIS									
Contratos de NDF (i)									
Posição Comprada									
USD/BRL	fev/11 a jul/11	81.112	81.112	-	(38.954)	(19.440)	-	-	(38.954)
MPX COMERCIALIZADORA DE COMBUSTÍVEIS									
Contratos de NDF (i)									
Posição Comprada									
Carvão	fev/11 a jul/11	42.117	81.112	-	21.583	(18.106)	-	128.629	(107.047)
MPX ENERGIA S.A.									
Contratos de NDF (i)									
Posição Comprada									
USD/BRL	abr/11 a jun/11	32.287	32.287	240.304	(12.356)	(4.707)	80.229	-	(12.356)
MPX ENERGIA S.A.									
Contratos de NDF (i)									
Posição Comprada									
Carvão	abr/11 a jun/11	-	32.287	-	7.903	(2.607)	-	50.180	(42.278)
Total Consolidado					(21.824)	(44.860)	80.229	178.809	(200.635)

(i) Os contratos de NDF (*Non Deliverable Forward*) foram firmados com as seguintes instituições financeiras: Banco Citibank S/A; Standard

Bank e Morgan Stanley.

Resaltamos que apenas o Citibank tem as suas operações registradas na CETIP. As operações com derivativos negociadas com os bancos Morgan Stanley e Standard Bank, não são registradas na CETIP. Tais operações são negociadas na plataforma de ISDA (*International Swaps Derivatives Associations*) e classificadas como operações *Offshore*. Os derivativos *offshore* são operações bilaterais negociadas no mercado de balcão entre os bancos sediados nos USA e a MPX Energia S.A., e suas liquidações ocorrem no Brasil via fechamento de câmbio, não cabendo, portanto, registro na CETIP.

Adicionalmente, a opção pela realização das operações *Offshore* deveu-se a maior liquidez na negociação do ativo objeto de proteção no mercado Internacional.

Em adição, os derivativos supracitados estão protegendo a parcela de Equity que a Companhia possui em sua controlada em conjunto Porto do Pecém Geração de Energia S.A. com a EDP, sendo este hedge contratado na modalidade de hedge de Balanço na proporção de 50%.

Para os instrumentos financeiros derivativos vigentes não existe qualquer relação com Opções Cambiais e tampouco a exigência de margem de garantia prevista nos mesmos. Exceção para alguns hedges da commodity carvão que possuem depósito de margem (*Threshold*), caso o MtM das operações indique perda a partir de US\$ 5 milhões.

Value at Risk (VaR) das operações

Empresa	Operação	VaR (Value at Risk - R\$ 000)
MPX Pecém II Geração de Energia S.A.	NDF US\$/BRL	498
MPX Pecém II Geração de Energia S.A.	NDF Euro/US\$	482
Porto do Pecém Geração de Energia S.A.	NDF US\$/BRL	4.660
Porto do Pecém Geração de Energia S.A.	NDF Euro/US\$	41
Porto do Pecém Geração de Energia S.A.	NDF Euro/BRL	15
UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A.	NDF US\$/BRL	69
UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A.	NDF Euro/US\$	27
Porto do Pecém Geração de Energia S.A.	FRA Libor	4.876
Porto do Pecém Geração de Energia S.A.	SWAP Libor IDC	65
UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A.	FRA Libor	3.424
MPX Comercializadora de Combustíveis Ltda.	NDF US\$/BRL	1.050
MPX Comercializadora de Combustíveis Ltda.	Commodities (carvão)	1.760
MPX Energia S.A.	NDF US\$/BRL	419
MPX Energia S.A.	Commodities (carvão)	-
		17.386

Glossário

O conceito *VaR* Paramétrico (perda máxima potencializada) pode ser entendido da seguinte forma: cálculo de perda potencial ao longo de determinado intervalo de tempo, sob condições de mercado e dentro de determinado nível de confiança. O *VaR* é uma medida estatística concisa que foi desenvolvida através das estimativas de desvio padrão e de correlações entre os retornos dos diversos fatores de risco. A distribuição dos valores de retorno dos fatores de risco normal "Gaussiana" tem como premissa um nível de confiança de 95% e *Holding Period* (Intervalo de Tempo) de um dia.

A metodologia para o cálculo da volatilidade no modelo acima mencionado leva em consideração o modelo de EWMA_Lambda. O conceito de EWMA_Lambda (*Exponentially Weighted Moving Average* - Média Móvel Ponderada Exponencialmente): técnica de alisamento exponencial que visa o tratamento de dados históricos.

Risco de Mercado - Análise de sensibilidade (Derivativos)

A MPX Energia S.A. e suas controladas elaboraram quatro cenários de sensibilidade com o objetivo de aplicar um teste de stress em cada fator de risco que compõe o instrumento de derivativo utilizado e quantificar os efeitos das variações de cada fator de risco no MtM das operações.

Os fatores de risco considerados relevantes para a Administração da MPX Energia S.A. e de suas controladas são:

- Curva de Juros Local (Taxa Pré);
- Curva de Juros em Dólar (Cupom Cambial - Forward Rate Agreement);
- BRL - Ptax-800 - BACEN;
- R\$/Euro - Ptax (BACEN);
- Treasury Yield Curve;
- Curva de Libor;
- Curva de Cupom Euros; e
- Curva de carvão.

A Administração não considera o risco das oscilações das taxas de juros *spot* como relevante.

Os fatores de risco sensibilizados para as operações de NDF foram os seguintes:

(i) Para as curvas de juros Curva de juros local (Taxa Pré), Curva de juros em dólar (Cupom Cambial - Forward Rate Agreement, Treasury Yield Curve), Curva de Cupom Externa de Euros e Treasury Yield Curve foi aplicado um valor percentual, abaixo descrito, na Estrutura a Termo de cada Curva:

- Cenário II: 25% para cima (inclinação positiva);
- Cenário III: 25% para baixo (inclinação negativa);
- Cenário IV: 50% para cima (inclinação positiva); e
- Cenário V: 50% para baixo (inclinação negativa).

(ii) Para as cotações de fechamento de moedas denominadas em Euro e Dólar americano convertidas para Reais foram aplicados os seguintes percentuais:

- Cenário II: + 25%
- Cenário III: - 25%
- Cenário IV: +50%
- Cenário V: - 50%

(iii) Para as operações de Swap Libor foi aplicado à curva da Libor um stress percentual em cada vértice nos seguintes valores:

- Cenário II: 25% para cima (inclinação positiva);
- Cenário III: 25% para baixo (inclinação negativa);
- Cenário IV: 50% para cima (inclinação positiva); e
- Cenário V: 50% para baixo (inclinação negativa).

(iv) Para as operações de Fixing de carvão foi aplicado um stress percentual na estrutura a Termo da Curva do API2:

- Cenário II: 25% para cima (inclinação positiva);
- Cenário III: 25% para baixo (inclinação negativa);
- Cenário IV: 50% para cima (inclinação positiva); e
- Cenário V: 50% para baixo (inclinação negativa).

Análises de sensibilidade

Quadro 1: Stress cenário - Notional US\$

	Vencimento	Valor de Referência (Notional US\$ 000)	Valor do MtM (BRL 000)	Análises de Sensibilidade			
				MTM Cenário II - Stress: 25% para cima	MTM Cenário III - Stress: 25% para baixo	MTM Cenário IV - Stress: 50% para cima	MTM Cenário V - Stress: 50% para baixo
		31/12/2010	31/12/2010				
MPX ENERGIA S.A.							
Contratos de NDF (i)							
Posição Comprada							
USD/BRL	abr/11 a jun/11	32.287	(12.356)	1.423	(26.208)	15.133	(40.133)
MPX COMERCIALIZADORA DE COMBUSTÍVEIS							
Contratos de NDF (i)							
Posição Comprada							
USD/BRL	fev/11 a jul/11	81.112	21.583	55.321	(898)	100.241	(12.042)
UTE PORTO DE ITAQUI							
Contratos de NDF (i)							
Posição Comprada							
USD/BRL	jan/11 a dez/11	5.311	(3.118)	(827)	(5.427)	1.449	(7.751)
Contratos de Swap Libor (ii)							
Posição Ativa							
Libor	out/17	228.652	377.161	463.862	278.867	555.875	185.988
Posição Passiva							
Pré-Fixada	out/17	228.652	(424.327)	(502.916)	(327.809)	(58	



Quadro 2: Stress cenário - Notional Euro

Vencimento	Valor de Referência (Notional US\$ 000)	Valor do MtM (BRL 000)	Análises de Sensibilidade				
			MTM Cenário II - Stress: 25% para cima	MTM Cenário III - Stress: 25% para baixo	MTM Cenário IV - Stress: 50% para cima	MTM Cenário V - Stress: 50% para baixo	
31/12/2010	31/12/2010						
UTE PORTO DE ITAQUI Contratos de NDF (i) Posição Comprada EUR/USD	jan/11 a dez/11	1.130	(19)	(25)	(13)	(31)	(8)
PORTO DO PECÉM Contratos de NDF (ii) Posição Comprada EUR/USD	jan/11 a jan/12	856	(131)	(166)	(97)	(201)	(64)
Contratos de NDF (iii) Posição Comprada EUR/BRL	jan/11 a jan/12	333	(260)	(65)	(457)	130	(655)
MPX PECÉM II Contratos de NDF (i) Posição Comprada EUR/USD	jan/11 a jan/12	20.299	(126)	(171)	(84)	(223)	(50)
Total Consolidado		22.618	(536)	(427)	(651)	(325)	(777)

Quadro 3: Stress cenário - Carvão

Vencimento	Valor de Referência (Notional US\$ 000)	Valor do MtM (BRL 000)	Análises de Sensibilidade				
			MTM Cenário II - Stress: 25% para cima	MTM Cenário III - Stress: 25% para baixo	MTM Cenário IV - Stress: 50% para cima	MTM Cenário V - Stress: 50% para baixo	
31/12/2010	31/12/2010						
MPX COMERCIALIZADORA DE COMBUSTÍVEIS Contratos de NDF (i) Posição Comprada Carvão	fev/11 a jul/11	42.117	(38.954)	(4.393)	(73.672)	30.016	(108.551)
MPX ENERGIA S.A. Contratos de NDF (i) Posição Comprada Carvão	abr/11 a jun/11	-	7.903	9.859	5.938	11.808	3.967
Total Consolidado		(31.051)	(5.466)	(67.734)	41.824	(112.518)	

Análises de Sensibilidade - Empréstimos e financiamentos

A Companhia e suas controladas elaboraram cinco cenários de sensibilidade com o objetivo de aplicar um teste de stress em cada fator de risco que compõem o instrumento utilizado pela companhia e suas controladas e quantificar as variações de cada fator de risco. Os fatores de risco considerados relevantes para Administração da Companhia são:

- URTJLP - BNDES;
- UMIPCA - BNDES;
- DI CETIP ("CDI"); e
- BRL - Ptax-800 - BACEN.

Os cenários definidos nesta análise foram:

- Cenário I (provável): foram consideradas as taxas em 31 de dezembro de 2010;
- Cenário II: considerando um choque positivo de 25% nas taxas a partir do cenário provável;
- Cenário III: considerando um choque negativo de 25% nas taxas a partir do cenário provável;
- Cenário IV: considerando um choque positivo de 50% nas taxas a partir do cenário provável; e
- Cenário V: considerando um choque negativo de 50% nas taxas a partir do cenário provável.

Para moeda contratual URTJLP foram aplicados os seguintes percentuais:

- URTJLP Base (31/12/2010): Cenário I R\$ 1,97408
- Cenário II: + 25% = R\$ 2,4676
- Cenário III: - 25% = R\$ 1,4806
- Cenário IV: +50% = R\$ 2,9611
- Cenário V: - 50% = R\$ 0,9870

Vencimento	Valor Principal + Juros (URTJLP)	Valor Principal + Juros (BRL 000) - Cenário I	Análises de Sensibilidade				
			Cenário II Valor Justo (BRL 000) 25% para cima	Cenário III Valor Justo (BRL 000) 25% para baixo	Cenário IV Valor Justo (BRL 000) 50% para cima	Cenário V Valor Justo (BRL 000) 50% para baixo	
1							
BNDES (Direto)	15/6/2026	293.169	578.739	723.424	434.054	868.109	289.370
BNDES (Indireto)	15/6/2026	73.111	144.327	180.409	108.245	216.491	72.164
Itaqui:		366.280	723.066	903.833	542.300	1.084.599	361.533
BNDES (Direto)	15/6/2026	295.422	583.186	728.983	437.390	874.779	291.593
Pecem I:		295.422	583.186	728.983	437.390	874.779	291.593
BNDES (Direto)	15/6/2027	225.161	444.485	555.606	333.364	666.728	222.243
Pecem II:		225.161	444.485	555.606	333.364	666.728	222.243
TOTAL (URTJLP)		886.862	1.750.737	2.188.421	1.313.053	2.626.106	875.369

Para moeda contratual UMIPCA foram aplicados os seguintes percentuais:

UMIPCA Base (31/12/2010): Cenário I R\$ 1,250657

- Cenário II: + 25% = R\$ 1,5633
- Cenário III: - 25% = R\$ 0,9380
- Cenário IV: +50% = R\$ 1,8760
- Cenário V: - 50% = R\$ 0,6253

Vencimento	Valor Principal + Juros (UMIPCA)	Valor Principal + Juros (BRL 000) - Cenário I	Análises de Sensibilidade				
			Cenário II Valor Justo (BRL 000) 25% para cima	Cenário III Valor Justo (BRL 000) 25% para baixo	Cenário IV Valor Justo (BRL 000) 50% para cima	Cenário V Valor Justo (BRL 000) 50% para baixo	
1,250657							
BNDES (Indireto)	15/6/2026	44.307	55.413	69.266	41.560	83.120	27.707
Itaqui:		44.307	55.413	69.266	41.560	83.120	27.707
BNDES (Direto)	15/6/2027	73.303	91.677	114.596	68.758	137.516	45.839
Pecem II:		73.303	91.677	114.596	68.758	137.516	45.839
TOTAL (UMIPCA)		117.610	147.090	183.863	110.318	220.635	73.545

Para o CDI foram aplicados os seguintes percentuais:

DI-CETIP Base (31/12/2010): Cenário I 10,64% a.a

- Cenário II: + 25% = 13,47% a.a
- Cenário III: - 25% = 7,88% a.a
- Cenário IV: +50% = 16,38% a.a
- Cenário V: - 50% = 5,19% a.a

Vencimento	Valor Principal + Juros (BRL 000)	Valor Principal + Juros (BRL 000) - Cenário I	Análises de Sensibilidade				
			Cenário II Valor Justo (BRL 000) 25% para cima	Cenário III Valor Justo (BRL 000) 25% para baixo	Cenário IV Valor Justo (BRL 000) 50% para cima	Cenário V Valor Justo (BRL 000) 50% para baixo	
11%							
Banco Itaú BBA.	20/6/2011	250.000	251.078	251.365	250.798	251.659	250.525
MPX S/A:		250.000	251.078	251.365	250.798	251.659	250.525
TOTAL - CDI		250.000	251.078	251.365	250.798	251.659	250.525

Para moeda USD foram aplicados os seguintes percentuais:

PTAX Base (31/12/2010): Cenário I R\$ 1,6662

- Cenário II: + 25% = R\$ 2,0828
- Cenário III: - 25% = R\$ 1,2497
- Cenário IV: +50% = R\$ 2,4993
- Cenário V: - 50% = R\$ 0,8331

Vencimento	Valor Principal + Juros (US\$ 000)	Valor Principal + Juros (BRL 000) - Cenário I	Análises de Sensibilidade				
			Cenário II Valor Justo (BRL 000) 25% para baixo	Cenário III Valor Justo (BRL 000) 25% para cima	Cenário IV Valor Justo (BRL 000) 50% para cima	Cenário V Valor Justo (BRL 000) 50% para baixo	
1,66							
BID	15/5/2026	70.220	117.000	146.250	87.750	175.500	58.500
BID	15/5/2022	85.903	143.131	178.914	107.348	214.697	71.566
Pecem I:		156.122	260.131	325.164	195.098	390.197	130.066
Banco Santander	1/7/2011	24.879	41.453	51.816	31.090	62.180	20.727
Colômbia:		24.879	41.453	51.816	31.090	62.180	20.727
TOTAL US\$		181.001	301.584	376.980	226.188	452.376	150.792

Valor Justo Hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do Valor Justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativos ou passivos financeiros. A classificação dos Níveis Hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1: Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2: Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Em 31 de dezembro de 2010 a classificação por Nível Hierárquico apresenta-se da seguinte forma:

	31/12/2010		31/12/2009		1/1/2009	
	Valor justo	Nível	Valor justo	Nível	Valor justo	Nível
Ativos						
Instrumentos financeiros derivativos	1.369.047	2	1.369.047	2	848.471	2
Caixa e Equivalentes de Caixa	304.467	2	304.467	2	1.543.546	2
Titulos e Valores Mobiliários	175.091	2	175.091	-	-	2
Passivos						
Instrumentos financeiros derivativos	1.558.259	2	1.558.259	2	1.025.639	2
Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Nível 3 durante o período em análise e que não ocorreram transferências de níveis para este mesmo período.						

21. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia e suas controladas não são parte de ações judiciais cíveis, trabalhistas e tributárias avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco provável de perda, e consequentemente não constituiu provisão para contingências.

A Companhia e suas controladas são parte de ações judiciais cíveis e trabalhistas, no montante de R\$ 8.427, avaliado pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível de perda, para as quais a Administração julga não ser necessária a constituição de qualquer provisão. As principais causas cuja classificação é possível de perda são as seguintes:

- Ação trabalhista onde o autor pleiteia vínculo empregatício e o recebimento de percentual sobre a alienação das quotas da ex-controlada MPX Termocear Ltda.;
- Ação cível pública proposta pelo Ministério Público Federal em Corumbá, Mato Grosso do Sul, em litisconsórcio com o Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul, contra o IBAMA e a Termopantanal Ltda., questionando a validade da licença prévia concedida por aquele instituto à referida controlada da MPX Energia S.A.
- Ação cível pública movida pelo Ministério Público Estadual do Maranhão questionando a legalidade do procedimento de licença prévia emitida para o empreendimento UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A.
- Ação proposta pelo Ministério Público Estadual do Maranhão questionando a legalidade do Decreto Municipal que concedeu uso especial à UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A. e da certidão de conformidade de uso de solo emitida para a Diferencial Energia.
- Ação proposta pelo Ministério Público Federal e pelo IBAMA visando à anulação dos atos praticados no licenciamento da UTE Porto de Itaqui Geração de Energia S.A. sob a alegação que a competência para o licenciamento seria do IBAMA.
- Ação de cobrança proposta com obrigação de fazer questionando negócio jurídico relativo a uma suposta promessa de compra e venda firmada entre as partes (UTE Porto de Itaqui Geração de Energia S.A.).
- Ação proposta pelo Ministério Público Federal na qual requer: (i) que a Semace e o IBAMA se abstenham de conceder licenças ambientais na área destinada à implantação do Distrito Industrial de Pecém até que seja realizado o licenciamento de todo o complexo; (ii) paralisação imediata das obras de instalação da UTE; (iii) o condicionamento de contratos pelo Estado do Ceará para novos empreendimentos ao prévio licenciamento ambiental do próprio complexo industrial.
- Tributação dos pagamentos e recebimentos relativos à conta consumo de combustíveis fósseis ("CCC") pelo IRPJ e CSLL.
- Ação de indenização com pedido de tutela antecipada contra a UTE Porto do Itaqui, em razão da suposta passagem da linha de transmissão da UTE Porto do Itaqui no Sítio Livramento.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2010, o capital social da Companhia está dividido em 136.692.680 (cento e trinta e seis milhões, seiscentos e noventa e dois mil e seiscentos e oitenta) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal. Em 1 de dezembro de 2009 o capital social da Companhia estava dividido em 6.831.114 (seis milhões e oitocentos e trinta e um mil e cento e quatorze) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, no entanto, com o desdobramento de ações ocorrido em 17 de julho de 2009, na proporção de 20 para 1 ação, os valores seriam de 136.622.280 (cento e trinta e seis milhões, seiscentos e vinte e dois mil e oitenta) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

	31/12/2010	%	31/12/2009	%	1/1/2009	%
Acionista						
EBX Investimentos Ltda.	-	-	86.436.560	63,3	-	-
Eike Fuhrken Batista	93.369.555	68,3	9.416.220	6,9	4.809.102	71,60
Centennial Asset Mining Fund LLC	6.736.280	5	7.492.080	5,4	374.604	5,60
Centennial Asset Brazilian Equity Fund LLC	463.300	0,3	-	-	-	-
Outros*	36.123.545	26,4	33.347.820	24,4	1.647.808	22,80
Total	136.692.680	100	136.692.680	100	6.831.114	100

Em 10 de dezembro de 2010, de acordo com Comunicado ao Mercado, o Sr. Eike Batista, acionista controlador da Companhia, alienou 2.254.300 ações de emissão da Companhia com o objetivo de enquadrar o número de ações em circulação (free float) ao percentual mínimo requerido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BMFBovespa, equivalente a 25% do capital social.

Em 15 de dezembro de 2009, a Companhia aumentou o seu capital social no valor de R\$ 112 dentro do limite do capital autorizado, mediante a emissão de 35.200 novas ações ordinárias em decorrência do exercício das opções de subscrição de ações pelos Conselheiros da Companhia.

A MPX Energia S.A. está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu estatuto social.

b. Dividendos

O artigo 32, parágrafo 3º do Estatuto da MPX Energia S.A. prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício, diminuído da importância destinada à constituição de Reserva Legal, nos termos da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). A Reunião do Conselho de Administração, realizada em 27 de março de 2009, aprovou a proposta apresentada pela Diretoria para a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios relativos ao resultado do exercício de 2008 no valor de R\$ 48.468.

A MPX Energia S.A. efetuou em 26 de junho de 2009 o pagamento desses dividendos, no montante de R\$ 48.468, correspondendo a R\$ 7,0952 por ação, com base no resultado ajustado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2008, aos detentores de ações, de acordo com o valor deliberado pela Assembleia Geral Ordinária de acionistas da Companhia, realizada em 28 de abril de 2009.

A Empresa apurou prejuízo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, não havendo pagamento de dividendos nesses exercícios.

c. Reserva de capital

Representados pelo registro contábil do plano de opção de compra de ações, obedecendo ao que determina o Pronunciamento Técnico CPC nº 10 - Pagamentos Baseados em Ações, aprovado pela Deliberação CVM nº 562/08 e ICPC 05.

d. Outros resultados abrangentes

Ajustes acumulados de conversão

Representados pelo registro contábil da variação cambial das controladas diretas e indiretas MPX Energia de Chile Ltda., MPX Colômbia S.A., MPX Áustria GmbH e MPX Viena GmbH, para atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC nº 02, aprovado pela Deliberação CVM nº 562/08.

Ajustes de avaliação patrimonial

Representados pelas alterações no valor justo dos instrumentos derivativos de proteção designados como hedges de fluxo de caixa. São reconhecidas diretamente no patrimônio líquido em conta específica de ajuste de avaliação, conforme Nota Explicativa nº 20.

23. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

Lucro básico e diluído por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuído aos acionistas controladores e não controladores da Companhia no exercício de 2010 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação neste exercício, comparativamente com o exercício de 2009 conforme o quadro abaixo:

	31/12/2010		31/12/2009	
	Ordinárias	Total	Ordinárias	Total
Numerador básico:				
Prejuízo atribuído aos acionistas ordinários e preferenciais	(256.250)	(256.250)	(209.984)	(209.984)
Denominador básico:				
Média ponderada de ações	136.657.480	136.657.480	136.657.480	136.657.480
Prejuízo por ação (R\$) - básico e diluído	(1,8751)	(1,8751)	(1,5366)	(1,5366)

A média ponderada de ações de 31 de dezembro de 2009, acima apresentada, foi ajustada considerando o desdobramento de ações, ocorrido em 17 de julho de 2009, para fins de comparabilidade com a média ponderada de ações de 31 de dezembro de 2010.

Em 31 de dezembro de 2010, 35.200 opções de ações não foram incluídas no cálculo de média ponderada do número de ações ordinárias, uma vez que seu efeito teria sido antídilutório. Desta



De acordo com esse Programa, cinco membros do Conselho de Administração poderão exercer opções de compra de ações da MPX Energia S.A. no total de 1.758 ações para cada um.

As opções serão exercidas na proporção de 20% em cada um dos cinco primeiros aniversários da oferta pública, ocorrida em 14 de dezembro de 2007.

A Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 28 de maio de 2009, aprovou também o exercício de compra de 1.760 ações da MPX, ocorrida em 13 de dezembro de 2008.

A Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 17 de julho de 2009, aprovou o desdobramento das ações da MPX, passando cada 1 (uma) ação ordinária da Companhia a corresponder a 20 (vinte) ações ordinárias, com isto o número das opções não exercidas do Programa de Opção de Compra de Ações passou de 7.030 para 140.600, de um total de 175.800.

O valor justo das opções outorgadas foi reconhecido no resultado do exercício de 2008 no montante de R\$ 3.668. Até 31 de dezembro de 2009 foi apropriado ao resultado o montante de R\$ 2.094 referente à remuneração no período. Segue abaixo o detalhamento

A segunda data de maturação ocorreu em 13 de dezembro de 2009, e as 35.200 opções foram exercidas por meio de aumento de capital registrado em Ata de Reunião do CA em 15 de dezembro de 2009. Com isto o número das opções não exercidas do Programa de Opção de Compra de Ações em 31 de dezembro de 2010 é de 105.400

Quadro 1 – Opções de ações outorgadas em ações pela Companhia

Data da outorga	Condições da outorga	Data de maturação	Data de vencimento	Quantidade de opções outorgadas
26/11/2007	Permanecer na Companhia pelo prazo de 5 anos	12/12/2008 13/12/2009 13/12/2010 13/12/2011 13/12/2012	13/12/2009 13/12/2010 13/12/2011 13/12/2012 13/12/2013	35.200 35.200 35.200 35.100 35.100
Total				175.800
2010				
Preço de exercício R\$/ação				Quantidade de opções
				3,09
Saldo em 27 de novembro de 2007				175.800
Exercidas em 2008				
Saldo em 31 de dezembro de 2008				3,09
Exercidas em 2009				3,2
Saldo em 31 de dezembro de 2009				3,22
Exercidas em 2010				-
Saldo em 31 de dezembro de 2010				3,32

Quantidade de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2010

Prazo médio remanescente (anos)

Valor justo das opções outorgadas em R\$

Preço médio ponderado das ações em R\$

Preço de exercício das opções em R\$

Volatilidade esperada

Prazo das opções (anos)

Taxa de juros livre de risco (média)

Efeitos no resultado do período:

Outorga de opções de ações R\$ mil

Valor intrínseco em R\$ mil

b. Opção de ações outorgadas pelo controlador

De forma a incentivar os principais administradores e executivos da Companhia, o acionista controlador outorgou em abril de 2008, opções de compra de ações da Companhia de sua propriedade, a favor destes profissionais, por meio de "Instrumento Particular de Contrato de Opção de Compra de Ações", sem qualquer custo ou diluição aos acionistas minoritários.

Referidas opções representam um mecanismo de remuneração e de retenção destes profissionais, considerados pelo acionista controlador como recursos fundamentais para o sucesso da Companhia. As ações disponibilizadas correspondem a um total de 1.603.140 ações, totalmente integralizadas e equivalentes a 1,17% das ações totais da Companhia.

As opções de compra serão exercidas na proporção aproximada de 20% ao ano, a partir do dia

13 de dezembro de cada ano dentro de um prazo de cinco anos, com início em 2008. Uma vez efetuada a transferência das ações, serão conferidos os direitos e privilégios de acionista.

De acordo com referido instrumento de contrato, as ações transferidas não poderão ser vendidas sem a expressa autorização do acionista controlador. Esta restrição é válida até 13 de dezembro de 2010.

Quadro 2 – Opções de ações outorgadas em ações pelo Controlador

	MMX	LLX	MPX
Quantidade de Opções Exercíveis em 31 de dezembro de 2010	76.928	57.660	1.806.448
Valor de Mercado em 31 de dezembro de 2010 (R\$/ação)	11,23	4,73	26,34
Volatilidade esperada	24,61%	24,61%	12,50%
Taxa de Juros Livre de Risco	11,69%	11,69%	12,01%

Ação Objeto: MMX

Preço de Exercício: R\$ 0,01

Preço da Ação na Data da Outorga: R\$ 40,70

Valor Justo Médio das Opções: R\$ 40,69

Opções de ações outorgadas em ações

Data da outorga	Condição da outorga	Data de maturação	Data de vencimento	Quantidade de opções outorgadas
21/7/2006	Em permanecer na Companhia até a data de cada maturação.	21/7/2007 21/7/2008 21/7/2009 21/7/2010 21/7/2011 21/7/2012	21/7/2008 21/7/2009 21/7/2010 21/7/2011 21/7/2012	19.232 19.232 19.232 19.232 19.232 19.232

Os efeitos no resultado no período de 2010.

Valor justo das operações outorgadas apropriadas em 31 de dezembro de 2010 (R\$ mil): 265.

Ação Objeto: LLX

Preço de Exercício: R\$ 0,01

Preço da Ação na Data da Outorga: R\$ 4,90

Valor Justo Médio das Opções: R\$ 4,89

Opções de ações outorgadas em ações

Data da outorga	Condição da outorga	Data de maturação	Data de vencimento	Quantidade de opções outorgadas
19/6/2008	Em permanecer na Companhia até a data de cada maturação.	21/7/2008 21/7/2009 21/7/2010 21/7/2011 21/7/2012	21/7/2009 21/7/2010 21/7/2011 21/7/2012	19.220 19.220 19.220 19.220 19.220

Os efeitos no resultado no período de 2010.

Valor justo das operações outorgadas apropriadas em 31 de dezembro de 2010 (R\$ mil): 55.

Ação Objeto: MPX

Preço de Exercício: R\$ 0,01

Preço da Ação na Data da Outorga: R\$ 47,50

Valor Justo Médio das Opções: R\$ 47,49

Opções de ações outorgadas em ações

Data da outorga	Condição da outorga	Data de maturação	Data de vencimento	Quantidade de opções outorgadas
28/4/2008	Em permanecer na Companhia até a data de cada maturação.	13/12/2008 13/12/2009 13/12/2010 13/12/2011 13/12/2012 13/12/2013 13/12/2014 13/12/2015 13/12/2016 13/12/2017	13/12/2009 13/12/2010 13/12/2011 13/12/2012 13/12/2013 13/12/2014 13/12/2015 13/12/2016 13/12/2017	229.956 229.956 229.956 229.956 229.956 229.956 229.956 229.956 229.956 229.956

Os efeitos no resultado no período de 2010.

Valor justo das operações outorgadas apropriadas em 31 de dezembro de 2010 (R\$ mil): 11.251.

Ação Objeto: MPX

Preço de Exercício: R\$ 0,01

Preço da Ação na Data da Outorga: R\$ 47,50

Valor Justo Médio das Opções: R\$ 47,49

Opções de ações outorgadas em ações

Data da outorga	Condição da outorga	Data de maturação	Data de vencimento	Quantidade de opções outorgadas
28/4/2008	Em permanecer na Companhia até a data de cada maturação.	13/12/2008 13/12/2009 13/12/2010 13/12/2011 13/12/2012 13/12/2013 13/12/2014 13/12/2015 13/12/2016 13/12/2017	13/12/2009 13/12/2010 13/12/2011 13/12/2012 13/12/2013 13/12/2014 13/12/2015 13/12/2016 13/12/2017	673.268 673.268 673.268 673.268 673.268 673.268 673.268 673.268 673.268 673.268

Os efeitos no resultado no período de 2010.

Valor justo das operações outorgadas apropriadas em 31 de dezembro de 2010 (R\$ mil): 51.935.

25. RECEITA OPERACIONAL

A conciliação entre a receita bruta para fins fiscais e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009
Receita bruta fiscal	112.881	80.069
Menos:		
Impostos sobre vendas	(14.426)	(16.158)
Total da receita contábil	98.455	63.911

26. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Depreciação e amortização	(666)	(526)	(7.971)	(9.739)
Despesas com pessoal	(41.029)	(28.120)	(71.556)	(50.527)
Serviços contratados	(33.679)	(35.188)	(74.122)	(83.210)
Despesas com aluguéis	(7.187)	(3.331)	(26.527)	(8.963)
Despesas com opções de ações outorgadas	(64.821)	(91.016)	(64.821)	(91.016)
Provisão Perda de investimento	(11.732)	12.509	-	-
Outras despesas	(8.527)	(17.143)	(18.365)	(862)
	(167.641)	(162.815)	(263.362)	(244.317)

Classificados como:

Custo	-	-	(37.195)
Despesas administrativas e gerais e opções de ações outorgadas	(167.641)	(162.815)	(226.167)
			(241.951)

27. RESULTADO FINANCEIRO

A composição do resultado financeiro da Companhia é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Despesas financeiras				
Comissão sobre fianças bancárias	(5.794)	-	(7.332)	-
Despesas bancárias	(21)	(31)	(312)	(65)
IOF	(3.540)	(35)	(7.932)	-
Juros e Multas	(1.853)	(284)	(295)	-
Variação monetária	(25)	-	(29.222)	(75.676)
Perda nas operações com derivativos	-	(79.756)	(189.881)	(474.212)
P&D	-	-	(125)	-
Outros	(417)	-	(7.370)	(76.245)
	(11.650)	(80.106)	(242.469)	(626.198)
Receitas financeiras				
Juros sobre mutuo	-	3.903	-	-
Aplicação financeira	71.517	140.112	60.291	158.380
Ganhos nas operações com derivativos	4.904	21.648	91.609	274.036
Variação monetária	20	782	40.023	72.325
Outros	2.996	1.230	4.801	85.194
	79.437	167.675	196.724	589.935
	67.787	87.569	(45.745)	(36.263)

28. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Os principais compromissos assumidos junto a fornecedores de bens e serviços são os que seguem:

Objeto do contrato	Assinatura	Vigência	Total Contratado	Saldo do Contrato	
				2010	2009
Licenciamento ambiental	20/06/2009	15/6/2011	510	210	300
Estudo EIA/RIMA	20/06/2009	30/6/2010	2.200	-	1.870
Preservação ambiental	30/11/2007	30/11/2022	10.500	8.575	9.100
Estudo EIA/RIMA	30/11/2007	30/01/2010	5.691	-	295
Arrendamento terreno	01/06/2009	1/6/2034	570	11.480	360
Transferência de quotas	05/08/2008	Indeterminado	2.425	1.865	1.865
P.N.dos Lençóis Maranhenses	01/02/2009	30/10/2018	4.200	3.636	3.976
Aq.estação de monitoramento	30/09/2009	28/2/2010	895	149	895
Estudo EIA/RIMA Barragem	17/11/2009	30/3/2010	1.045	-	539
Equipamentos e serviços	01/02/2008	Indeterminado	1.009	13	13
Assessoria Comércio Exterior	27/08/2008	Indeterminado	3.000	-	2.900
Construção UTE-EPC*	27/01/2008	19/11/2011	969.609	243.276	485.311
Compensação ambiental**	05/09/2008	31/12/2011	4.500	3.211	3.900
Engenharia do proprietário*	20/12/2007	20/2/2013	3.392	798	1.708
Engenharia do proprietário*	20/12/2007	20/2/2013	7.116	3.219	3.582
Linha de Transmissão	01/09/2009	1/7/2010	14.150	1.370	10.473
Serviços	Diversos	Diversos	9.052	11.065	8.648
Locação Operacional	Diversos	Diversos	6.056	5.639	5.089
Construção UTE-EPC	06/11/2008	6/6/2012	1.034.860	416.347	709.958
Construção UTE-EPC	01/04/2009	6/6/2012	5.371	3.140	4.349
Construção UTE-EPC	01/04/2009	6/6/2012	3.764	2.743	3.734
Compensação ambiental**	05/09/2008	6/6/2012	4.850	2.348	4.850
Serviços	Diversos	Diversos	6.952	27.666	6.261
Locação Operacional	Diversos	Diversos	46.698	44.134	45.343
Construção UTE-EPC	27/01/2008	27/8/2011	1.007.768	204.326	560.512
Engenharia do proprietário	17/07/2008	17/12/2012	14.791	-	3.106
Consultoria ambiental	10/06/2008	10/10/2009	682	308	70
Implan.de ação emerg.de geração	20/02/2009	22/3/2011	8.906	347	122
Insp.Cont.Turbina e Caldeira	14/04/2009	15/4/2011	2.000	588	1.897
Serv. de gerenc.e seg. do trab.	22/06/2009	22/6/2012	735	585	725
Fornec.de Subestação e Linha de Transmissão 230Kva	19/06/2009	29/6/2011	22.124	3.395	18.326
Serviço de Engenharia	09/01/2009	9/6/2010	2.500	500	1.000
Serv. Impl. e desenv. Amb. e Sócio Ambiental	09/07/2009	9/6/2010	851	756	756
Fornec. de Sist. de Transpor. de Correira p/ carvão	24/07/2009	1/2/2011	95.873	44.135	91.252
SERVIÇOS DE TI	11/08/2009	10/8/2012	698	437	644
Servs de Gerenc. de Projetos	21/09/2009	21/1/2012	4.000	2.470	3.280
Fornec.de Equipamento de descarregador de navio	07/10/2009	7/1/2011	15.845	326	7.130
Serviços de Descarte de Material Orgânico	30/11/2009	19/1/2010	575	-	575
Serv.Enga.Assess.Téc. Exec. Proj. Sis.Capt. Água do Mar	08/12/200				



	31/12/2010					
	Geração energia	Comercialização energia	Suprimentos	Corporativo	Eliminações e ajustes	Total Consolidado
Balanco patrimonial - ativo	4.009.886	17.065	272.163	768.748	(1.247.747)	5.067.862
Circulante	285.448	15.659	150.975	668.592	(336)	1.120.374
Caixa e equivalentes de caixa	121.924	9.022	19.682	195.612	-	304.467
Contas a receber de clientes	3.434	6.412	-	-	-	9.846
Estoque	7.068	-	-	-	-	7.068
Subsídios a receber - CCC	4.191	-	-	-	-	4.191
Partes relacionadas	337	-	-	-	(336)	-
Ganhos em operações com derivativos	434	-	128.630	50.180	-	179.244
Depósitos vinculados	137.578	-	-	365.508	-	374.678
Outros ativos circulantes	10.482	225	2.663	52.383	-	65.790
Não circulante	3.724.896	1.406	121.188	1.371.479	(1.247.486)	3.951.884
Realizável a longo prazo	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	170.182	-	-	4.909	-	175.091
Partes relacionadas	3.263	-	-	277.707	(277.707)	3.263
Subsídios a receber -CCC	24.617	-	-	-	-	24.617
Impostos diferidos	205.619	-	56.831	19.407	-	281.857
Outros passivos não circulantes	24.650	1.404	22	55	(38)	26.092
Investimentos	-	-	-	1.022.674	(972.215)	50.459
Imobilizado	3.453.969	2	4.851	13.857	-	3.472.679
Intangível	12.696	-	59.484	16.343	-	88.523

	31/12/2010					
	Geração energia	Comercialização energia	Suprimentos	Corporativo	Eliminações e ajustes	Total Consolidado
Balanco patrimonial - passivo	-	-	-	2.006.068	(1.247.747)	5.067.862
Circulante	326.455	5.883	198.080	322.478	(337)	852.559
Empréstimos e financiamentos	3.162	-	40.569	251.078	-	294.809
Fornecedores	101.161	5.599	5.823	3.471	-	116.054
Perdas em operações com derivativos	22.744	-	146.000	54.634	-	223.378
Partes relacionadas	249	21	-	716	(337)	649
Outros passivos circulantes	199.139	263	5.688	12.579	-	217.669
Não circulante	2.767.782	-	44.066	4.253	(280.473)	2.535.628
Exigível a longo prazo	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	2.295.172	-	-	-	-	2.295.172
Impostos diferidos	46.837	-	43.734	-	-	90.571
Partes relacionadas	274.901	-	332	2	(273.965)	1.271
Outros passivos não circulantes	150.872	-	-	4.251	(6.308)	148.615
Acionistas não controladores	3	-	-	-	(43.74)	43.377
Patrimônio Líquido atribuível aos controladores	953.604	11.183	45.527	1.636.297	(1.010.314)	1.636.297
Demonstração do resultado	-	-	-	-	-	-
Receita Operacional Líquida	35.575	62.880	-	-	-	98.455
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(52.814)	(63.114)	(554)	-	-	(116.482)
Despesas Operacionais	(42.468)	(84)	(27.706)	(155.909)	-	(226.167)
Outros Resultados Operacionais	11.221	-	(7.721)	(5.036)	(20.627)	(22.163)
Equivalência Patrimonial	-	-	(23)	(170.116)	168.604	(1.535)
Resultado Financeiro	(135.546)	526	21.759	67.787	(271)	(45.745)
Provisão dos Tributos Correntes e Diferidos	58.362	(50)	(7.314)	7.025	-	58.023
Participação de não Controladores	-	-	-	-	(635)	(636)
Lucro/Prejuízo do Período	(125.670)	158	(21.559)	(256.250)	147.070	(256.250)

	31/12/2009					
	Geração energia	Comercialização energia	Suprimentos	Corporativo	Eliminações e ajustes	Total Consolidado
Balanco patrimonial - ativo	2.885.794	14.069	220.675	2.063.681	(1.029.222)	4.154.997
Circulante	739.771	12.480	11.785	985.182	-	1.749.218
Caixa e equivalentes de caixa	712.219	9.344	4.147	817.836	-	1.543.546
Contas a receber de clientes	3.778	2.517	-	-	-	6.295
Estoque	2.610	-	-	-	-	2.610
Subsídios a receber - CCC	5.445	-	-	-	-	5.445
Partes relacionadas	-	-	-	-	-	-
Ganhos em operações com derivativos	6.434	-	-	-	-	6.434
Depósitos vinculados	-	-	-	95.187	-	95.187
Outros ativos circulantes	9.285	619	7.638	72.159	-	89.701
Não circulante	2.146.023	1.589	208.890	1.078.499	(1.029.222)	2.405.779
Realizável a longo prazo	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	1.584	-	-	183.324	(183.324)	1.584
Subsídios a receber -CCC	24.617	-	-	-	-	24.617
Impostos diferidos	135.624	-	54.768	12.382	-	202.774
Ganhos em operações com derivativos	2.619	-	123.126	53.611	-	179.356
Outros ativos não circulantes	14.165	1.586	-	4.200	-	19.951
Investimentos	-	-	-	797.997	(797.437)	560
Imobilizado	1.909.667	3	1.017	25.365	-	1.936.052
Intangível	25.915	-	14.505	465	-	40.885
Diferido	31.832	-	15.474	1.155	(48.461)	-
Balanco patrimonial - passivo	905.973	3.043	220.675	2.063.681	-	4.154.997
Circulante	905.973	3.043	1.770	41.626	-	952.412
Empréstimos e financiamentos	589.889	-	-	-	-	589.889
Fornecedores	27.510	2.293	1.068	3.135	-	34.006
Perdas em operações com derivativos	62.359	-	-	-	-	62.359
Partes relacionadas	266	-	-	1.700	-	1.966
Outros passivos circulantes	225.949	750	702	36.791	-	264.192
Não circulante	1.982.214	11.026	218.905	2.022.055	(1.031.615)	3.202.585
Exigível a longo prazo	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	959.482	-	-	-	-	959.482
Impostos diferidos	18.282	-	41.863	-	-	60.145
Partes relacionadas	27.931	-	-	2	(27.933)	-
Perdas em operações com derivativos	79.002	-	160.672	60.925	-	300.599
Outros passivos não circulantes	3.282	-	-	29.038	(29.038)	3.282
Acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	894.235	11.026	16.370	1.932.090	(974.644)	1.879.077
Demonstração do resultado	-	-	-	-	-	-
Receita operacional líquida	48.282	15.629	-	-	-	63.911
Custo de bens e/ou serviços vendidos	(25.203)	(15.782)	(1.103)	-	-	(42.088)
Despesas Operacionais	(26.839)	-	(36.473)	(189.931)	8.058	(253.243)
Equivalência patrimonial	92.266	-	(9)	(92.257)	143.464	-
Resultado financeiro	(90.962)	937	(33.807)	87.569	(18)	(36.263)
Provisão dos tributos correntes e diferidos	50.260	(239)	12.844	(15.365)	-	47.500
Lucro/Prejuízo do período	47.804	545	(58.548)	(209.984)	-	(220.183)

	1/1/2009					
	Geração energia	Comercialização energia	Suprimentos	Corporativo	Eliminações e ajustes	Total consolidado
Balanco patrimonial - ativo	1.629.722	13.311	23.116	2.163.308	(461.611)	3.367.846
Circulante	257.171	13.311	1.763	1.756.767	-	2.029.012
Caixa e equivalentes de caixa	206.644	10.720	627	1.640.801	-	1.858.792
Contas a receber de clientes	6.064	2.512	-	-	-	8.576
Estoque	1.238	-	-	-	-	1.238
Subsídios a receber - CCC	5.878	-	-	-	-	5.878
Ganhos em operações com derivativos	26.399	-	-	59.305	-	85.704
Outros ativos circulantes	10.948	79	1.136	56.661	-	68.824
Não circulante	1.372.551	-	21.353	406.541	(461.611)	1.338.834
Realizável a longo prazo	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	-	-	-	92.652	(92.652)	-
Impostos diferidos	48.704	-	-	-	-	48.704
Ganhos em operações com derivativos	140.336	-	-	34.701	-	175.037
Outros ativos não circulantes	7.276	-	-	-	-	7.276
Investimentos	12.671	-	-	273.003	(285.394)	280
Imobilizado	1.082.653	-	551	3.221	-	1.086.425
Intangível	15.573	-	5.328	211	-	21.112
Diferido	65.338	-	15.474	2.753	(83.565)	-

	1/1/2009					
	Geração energia	Comercialização energia	Suprimentos	Corporativo	Eliminações e ajustes	Total consolidado
Balanco patrimonial - passivo	1.057.487	2.831	1.447	96.062	(1.429)	1.156.398
Circulante	1.057.487	2.831	1.447	96.062	(1.429)	1.156.398
Empréstimos e financiamentos	882.907	-	-	-	-	882.907
Fornecedores	29.912	2.493	19	1.814	-	34.238
Perdas em operações com derivativos	16.469	-	-	-	-	16.469
Partes relacionadas	540	-	1.305	1.757	(1.429)	2.173
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	48.468	-	48.468
Outros passivos circulantes	127.659	338	123	44.023	-	172.143
Não circulante	525.404	10.480	37.030	2.067.244	(475.554)	2.164.604
Realizável a longo prazo	-	-	-	-	-	-
Perdas em operações com derivativos	149.502	-	-	-	-	149.502
Outros passivos não circulantes	3.011	-	-	8.332	-	11.343
Patrimônio Líquido atribuível aos controladores	372.891	10.480	37.030	2.058.912	(475.554)	2.003.759

Informações geográficas

Os 4 segmentos acima descritos estão divididos geograficamente em 3 áreas distintas, conforme evidencia o resumo abaixo:

- Sistema Norte-Nordeste - O Sistema Norte-Nordeste é composto pelas unidades de Porto do Itaqui Geração de Energia S.A., Porto do Pecém Geração de Energia S.A., MPX Porto do Pecém II Geração de Energia S.A., MPX Paranaíba, MPX Tauá, Amapari Energia S.A.

A planta Porto do Itaqui, usina termelétrica a carvão térmico, está localizada nas proximidades do Porto de Itaqui, no Estado do Maranhão, a capacidade de geração de energia será de 360 MW com contrato de venda de energia firmado a partir de 2012.

Já as usinas termelétricas a carvão pulverizado Porto do Pecém Geração de Energia S.A. e MPX Pecém II Geração de Energia S.A. estão localizadas na região do Porto do Pecém, no Estado do Ceará, possuindo capacidades instaladas de 720 MW e 360 MW, respectivamente.

Ainda na região do Ceará, encontra-se localizada a MPX Tauá, empresa de geração de energia solar, que possui licenciamento ambiental aprovado para capacidade de geração de energia de 5MW.

A Amapari, Produtor Independente de Energia (PIE) no sistema isolado, trata-se de usina termelétrica de geração de energia a partir do óleo diesel, estando localizada no Município de Serra do Navio, no Estado do Amapá, com capacidade instalada de 23 MW.

A MPX Paranaíba, complexo de geração térmica a gás natural, encontra-se localizada estrategicamente no bloco PN-T-68 da Bacia do Paranaíba, no Estado do Maranhão. O Empreendimento já conta com Licença de Meio Ambiente do Maranhão (SEMA) e terá potência total de 1863 MW.

• Sistema Sul-Sudeste - O Sistema Sul-Sudeste é composto pelas unidades de Porto do Açu Energia S.A., Nova Sistemas de Energia Ltda., MPX Sul Energia S.A. e Seival Sul Mineração Ltda.

A primeira fase do empreendimento da MPX Açu será construída no Superporto do Açu, em São João da Barra, norte fluminense. A usina, que utilizará carvão mineral, já possui Licença de Instalação, emitida pelo Instituto Estadual do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro (INEA), para 2100 MW.

A mina de Seival Sul, localizada no Município de Candiota, Estado do Rio Grande do Sul, possui reservas comprovadas de 152 milhões de toneladas de carvão mineral. Nesta mesma área, será construído o projeto termelétrico da MPX Sul, usina que terá capacidade instalada de 600 MW e que, a partir desta integração com a mina de Seival Sul, garantirá o suprimento de combustível por 30 anos.

• Sistema Estrangeiras - O Sistema das empresas estrangeiras é composto pelas unidades da MPX Colômbia S.A. e CGX Castilla Generacion Ltda.

A MPX possui direitos minerários sobre aproximadamente 65 mil hectares em tradicional região produtora de carvão térmico na Colômbia, em La Guarija, reconhecida pela excelente qualidade do carvão, com poder calorífico de 6.000 kcal/kg.

As minas de carvão da Colômbia estarão integradas às usinas em construção e com energia já contratada em Pecém I, MPX Pecém II e Itaqui. Além destes, esse sistema incluirá o abastecimento do projeto da MPX Açu, no Rio de Janeiro, e o projeto da CGX Castilla, no Chile.

A CGX Castilla Generación Ltda. trata-se de um projeto integrado, onde estão sendo construídos uma usina termelétrica, um porto e uma desalinizadora, a partir de 6 módulos de 350 MW de carvão pulverizado importado. O Empreendimento está situado na costa chilena, a aproximadamente 700 quilômetros ao norte de Santiago, e será conectado a um sistema que abastece 92% da população chilena

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

a. MPX assina financiamento com Banco do Nordeste para MPX Pecém II

Em fevereiro de 2011 a MPX Pecém II assinou contrato de financiamento no valor de R\$ 250 milhões com o Banco do Nordeste (BNB) para a implantação da usina termelétrica que gerará 360 MW a partir de abril de 2012.

b. Concessão da Licença Ambiental para construção da termelétrica no Chile

Em 25 de fevereiro de 2011, a CGX Castilla Generacion Ltda., subsidiária indireta da MPX Energia S.A. no Chile com capacidade instalada de 2.100MW, obteve a licença ambiental de implantação da central termelétrica naquela país.